

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

LÍDIA COSTA SALES

**DVA NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE: análise da geração e distribuição de
riqueza**

SÃO LUÍS, MA

2023

LÍDIA COSTA SALES

DVA NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE: análise da geração e distribuição de riqueza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão, Curso de Ciências Contábeis como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Darliane Ribeiro Cunha

SÃO LUÍS, MA

2023

LÍDIA COSTA SALES

DVA NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE: análise da geração e distribuição de riqueza

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Maranhão, Curso de Ciências Contábeis como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Darliane Ribeiro Cunha

Aprovada em: __/__/__23

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Darliane Ribeiro Cunha
Orientadora

Prof. Dr. Rui Alves de Andrade
Examinador

Prof. Dr. Sávio Roberto Rodrigues Maia
Examinador

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Costa Sales, Lidia.

DVA NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE: análise da geração e
distribuição de riqueza / Lidia Costa Sales. - 2023.
60 f.

Orientador(a): Darliane Ribeiro Cunha.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Covid-19. 2. DVA. 3. Papel e Celulose. I.
Ribeiro Cunha, Darliane. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e força que me guiou e sustentou ao longo desta jornada acadêmica. A Ele dedico minha gratidão por proporcionar a clareza de pensamento, a perseverança nos momentos desafiadores e a inspiração necessária para alcançar este marco em minha vida.

Em segundo lugar, expresso meu profundo agradecimento à minha família, pilar fundamental durante todo este percurso. Àqueles que compartilharam o peso das responsabilidades, ofereceram apoio emocional e incentivaram cada passo dado. A presença amorosa e o constante estímulo foram cruciais para a minha trajetória acadêmica.

Este trabalho é fruto não apenas do meu esforço, mas também da influência positiva de todos que estiveram ao meu redor, e por isso, expresso minha sincera gratidão a cada um que fez parte desta jornada.

RESUMO

A Demonstração de Valor Adicionado (DVA) é um documento contábil que beneficia não apenas os proprietários da empresa, mas também todos os envolvidos no desenvolvimento do negócio. Isso é especialmente relevante no cenário atual em que diferentes grupos sociais buscam mais informações para atender às suas demandas específicas. Diante da relevância do tema, a presente pesquisa buscou abordar a geração e distribuição de valor nas empresas do setor de papel e celulose no contexto da pandemia da Covid-19. O estudo teve como objetivo geral compreender como as empresas desse setor geraram e distribuíram riqueza antes, durante e depois da pandemia. Utilizando dados das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), o estudo focou em quatro empresas listadas na B3. A análise dos dados, obtidos das Demonstrações Financeiras, buscou entender os impactos da pandemia na geração e distribuição de riqueza nessas empresas. Os resultados da pesquisa destacaram a resiliência da IRANI na gestão financeira, sua recuperação após a queda em 2020 e o aumento consistente no Índice de Retenção de Riqueza (RR). A KLABIN S/A, líder em papel e celulose, apresentou estabilidade, refletindo a instabilidade econômica durante a pandemia. A MELHOR SP teve queda em 2020, mas uma recuperação significativa em 2021 e 2022, evidenciando sua capacidade de adaptação. A SUZANO S/A mostrou resiliência com um aumento notável no RR em 2022, impulsionado por investimentos estratégicos. O setor de papel e celulose demonstrou uma ampla resiliência, ajustando-se às mudanças nos hábitos de consumo e estratégias financeiras durante uma pandemia.

Palavras-chave: DVA, papel e celulose, Covid-19, stakeholders e empresas

ABSTRACT

The Added Value Demonstration (AVD) is an accounting document that benefits not only the company owners but also all those involved in the business development. This is particularly relevant in the current scenario where different social groups seek more information to meet their specific demands. Given the importance of the topic, this research aimed to address the generation and distribution of value in the paper and pulp sector amid the Covid-19 pandemic. The overarching goal of the study was to understand how companies in this sector generated and distributed wealth before, during, and after the pandemic. Using data from the Added Value Demonstration (AVD), the case study focused on four companies listed on B3. The analysis of data obtained from the Financial Statements sought to comprehend the impacts of the pandemic on wealth generation and distribution in these companies. Research results highlighted IRANI's resilience in financial management, its recovery after the 2020 decline, and a consistent increase in the Retained Wealth (RW) index. KLABIN S/A, a leader in paper and pulp, demonstrated stability, reflecting economic instability during the pandemic. MELHOR SP experienced a decline in 2020 but showed significant recovery in 2021 and 2022, showcasing its adaptability. SUZANO S/A exhibited resilience with a notable increase in RW in 2022, driven by strategic investments. The paper and pulp sector demonstrated broad resilience, adjusting to changes in consumption habits and financial strategies during a pandemic.

Keywords: AVD, paper and pulp, Covid-19, stakeholders and companies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Razão de produção celulose/papel no Brasil.....	16
Figura 2: Ranking dos maiores produtores de celulose no mundo em 2020.....	17
Figura 3: Produção por tipo de papel no Brasil, em 2020, e variação com relação a 2019..	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura da DVA	28
Tabela 2: Pontos positivos e negativos da Demonstração do Valor Adicionado	31
Tabela 3: Empresas listadas na B3 do ramo de papel e celulose	36
Tabela 4: Índice de desempenhos e abreviações	37
Tabela 5: Fórmula dos indicadores	37
Tabela 6: Fórmulas dos indicadores de análise do DVA e seus conceitos	38
Tabela 7: Grau de Retenção da Riqueza.....	40
Tabela 8: Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza.....	40
Tabela 9: Contribuição do Patrimonio Líquido na Geração de Riqueza	42
Tabela 10: IRANI.....	44
Tabela 11: KLABIN.....	47
Tabela 12: MELHOR SP.....	50
Tabela 13: SUZANO S/A.....	52

LISTA DE SIGLAS

ACDE — Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas

BR — Brasil

CAGR — Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza

CFC — Conselho Federal de Contabilidade

CPLGR — Contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza

DVA — Demonstração do Valor Adicionado

DRE — Demonstração do Resultado do Exercício

FIPECAFI — Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras

FAO — Food and Agriculture Organization of the United Nations

IOF — Imposto sobre Operações Financeiras

OMS — Organização Mundial da Saúde

P&C — Produtos de Celulose

P&D — Pesquisa e Desenvolvimento

PIB — Produto Interno Bruto

PT — Português

RR — Retenção de Riqueza

VADA — Participação de acionistas sobre valor adicionado

VADE — Participação dos trabalhadores sobre valor adicionado

VADG — Participação de governo sobre valor adicionado

VADT — Participação de terceiros sobre valor adicionado

VALPE — Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade

VART — Valor Adicionado Recebido em Transferência

VATD — Valor Adicionado Total a Distribuir

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE.....	12
3 IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE	14
4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO.....	19
4.1 História e origem do DVA	19
4.2 Importância da DVA	22
4.3 Estrutura da DVA.....	25
4.3 Diferença entre a DRE e a DVA.....	29
5 INDICADORES DE ANÁLISE.....	32
6 METODOLOGIA.....	35
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	38
7.1 Valor adicionado gerado	39
7.2 Valor adicionado distribuído e riqueza gerada	42
7.2.1 IRANI.....	42
7.2.2 KLABIN S/A.....	45
7.2.3 MELHOR SP	48
7.2.4 SUZANO S/A.....	50
8 CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS.....	55

1 INTRODUÇÃO

A DVA – Demonstração do Valor Adicionado é uma demonstração contábil que passou a ser obrigatória para as companhias abertas, as chamadas S.A., por força da lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e o pronunciamento técnico CPC 09 regulamentou sua adoção. Assim como as demais demonstrações contábeis, a DVA é uma ferramenta importante para entender as condições operacionais de uma empresa e avaliar sua lucratividade e sustentabilidade financeira. Sua principal função é demonstrar o valor adicionado, ou seja, a riqueza criada pela empresa, a qual é medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. O valor adicionado inclui também os valores recebidos em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade.

No ano de 2020, a sociedade mundial precisou lidar com uma crise sanitária, que foi a pandemia decorrente do vírus da Covid-19 e isso afetou inclusive as empresas, interferindo na performance operacional e financeira. A pandemia da Covid-19 apresentou desafios significativos para as empresas, particularmente na manutenção de uma distribuição equitativa e sustentável dos recursos entre seus stakeholders. Essa situação influenciou a análise da demonstração do valor adicionado, conforme discutido por Cunha (2002).

Considerando esses dois elementos: a importância da DVA e os efeitos da pandemia da COVID-19, este estudo justifica-se como uma contribuição significativa para entender o desempenho das empresas do setor de papel e celulose durante a crise sanitária decorrente da COVID-19. Além disso, analisa como os interesses dos diversos grupos empresariais foram impactados nesse cenário.

O objetivo deste estudo é analisar a distribuição do valor gerado e distribuído pela empresa no período da Covid-19, por meio da análise da Demonstração do Valor Adicionado de empresas ligadas ao setor de papel e celulose.

O estudo tem como objetivos específicos: Avaliar o impacto da pandemia na geração e distribuição da riqueza produzida pelas empresas. Mas também identificar alterações na estrutura de distribuição e nas compensações do valor adicionado. Identificar as empresas do setor de papel e celulose que tiveram maior representatividade na geração e distribuição da riqueza antes, durante e depois da pandemia de Covid-19, compreendendo o período de 2018 a 2022.

2 INDÚSTRIA DE PAPEL E CELULOSE

Desde o surgimento da primeira Revolução Industrial, ocorreu uma transformação significativa na forma de produção, impulsionada pela mecanização, que desencadeou revoluções econômicas e sociais. Subsequentemente, a segunda fase introduziu a divisão do trabalho e o advento do consumo em massa, seguida pela terceira fase que foi impulsionada pela automação através da eletrônica e da tecnologia da informação ao nível industrial (Gtai, 2014; Santos et al., 2018).

A indústria de base florestal manteve-se em sintonia com as três fases da transformação industrial, iniciando pela introdução da energia a vapor e avançando até a energia elétrica. Simultaneamente, houve a integração gradual de tecnologias de automação e informação, o que permitiu seu alinhamento com as inovações da Indústria 4.0 (Martin, 2017).

Ao longo da história, a indústria de papel e celulose vem acompanhando as tendências globais da cadeia produtiva industrial, adaptando-se às demandas de matérias-primas e mercados específicos. No entanto, a tecnologia de fabricação no setor P&C evoluiu de maneira gradual, sendo a principal transformação a incorporação de máquinas no processo produtivo no início do século XIX. Desde então, a base tecnológica não sofreu mudanças drásticas, embora tenha se expandido consideravelmente em escala. Portanto, as inovações tecnológicas no setor tendem a ser mais lentas, conforme apontam Ojala, Voutilainen e Lamberg (2012).

Adicionalmente, no setor de base florestal, as inovações são mais lentas devido à complexidade e às necessidades de longo prazo para o desenvolvimento de novos processos ou produtos (De Paula, 2018).

O segmento de papel e celulose desempenha uma função significativa tanto na economia do país (Brasil) quanto no cenário global. Isso decorre da receita gerada, dos substanciais investimentos realizados e do impacto que essa indústria exerce sobre diversos setores econômicos, tanto aqueles que estão situados anteriormente quanto posteriormente em sua cadeia produtiva.

As condições climáticas favoráveis e os avanços na silvicultura e manejo florestal contribuem para que o Brasil mantenha sua competitividade nos mercados nacionais e internacionais de produtos florestais. Além disso, a eficaz industrialização desses itens também é um fator relevante (Moreira e Oliveira, 2017).

A indústria brasileira de celulose teve um crescimento notável nas últimas décadas. Esse avanço foi impulsionado por vários fatores, incluindo a disponibilidade de recursos, produtividade florestal, investimentos estrangeiros, além das vantagens climáticas e tecnológicas (Marques, 2015).

A indústria de celulose se destaca por suas características singulares em comparação com os demais mercados. Isso se deve, principalmente, ao seu notável nível de desenvolvimento tecnológico, utilizando instalações industriais de alta capacidade produtiva, uma vasta base de recursos florestais plantados e significativos investimentos em tecnologia. Segundo a dados da IBÁ (2021), dez países desses segmentos foram identificados como os principais produtores globais de celulose, respondendo por aproximadamente 83% da produção mundial em 2020.

Além disso, o Brasil se destaca como uma referência global em produtividade de plantios florestais, atribuindo esse feito às condições adequadas de clima e solo, juntamente com décadas de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Técnicas avançadas de manejo florestal, melhoramento genético e práticas sustentáveis desenvolvidas para um aumento de 40% na produtividade do eucalipto e do pinus plantados em comparação com as espécies/variedades originais introduzidas no Brasil (Embrapa, 2021).

Por outro lado, a indústria de papel apresenta características específicas da indústria de celulose. Ela possui uma demanda regional menos técnicas, envolvendo muitos consumidores e produtores, além de uma maior diversificação de produtos em comparação com o mercado de celulose. Nesse cenário, atuam empresas médias, os preços são cíclicos e tendem a acompanhar as variações nos preços da celulose (FIEPR, 2016). De acordo com dados da FAO, a produção global de papel atingiu 518,4 milhões de toneladas em 2020 (FAO, 2021).

No contexto de revitalização da economia em 2021, o setor demonstrou notável resiliência, expandindo sua capacidade em mercados nacionais e internacionais. Aproximadamente 70% da produção foi direcionada à exportação, somando 15,7

milhões de toneladas, enquanto o mercado nacional absorveu 6,8 milhões de toneladas, refletindo um crescimento de cerca de 30% em comparação ao ano anterior (IBÁ, 2022).

Assim, o percurso da transformação do setor industrial, desde a Revolução Industrial até a era da Indústria 4.0, espelha a habilidade incessante de adequação e modificação. A indústria de base florestal, em particular, alinhava-se essas fases, adotando sucessivos avanços tecnológicos e inovações. No Brasil, destaca-se pela competitividade global, impulsionada por condições climáticas específicas e investimentos em pesquisa. O avanço notável em 2021, refletido em dados impressionantes de produção e exportação, ressalta o papel fundamental desempenhado pelo segmento na economia mundial e na sustentabilidade ambiental. A resiliência e a expansão recentes evidenciaram a importância contínua da indústria no cenário econômico global.

3 IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO SETOR DE PAPEL E CELULOSE

No final de 2019 para o início de 2020, o mundo enfrentou uma crise de saúde pública devido à propagação da Covid-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou Emergência de Saúde Pública Global em janeiro, quando a rápida propagação do vírus foi detectada em um aumento significativo de casos. Em março de 2020, a OMS elevou a situação para uma pandemia por Covid-19. Até abril do mesmo ano, houve no total 144 mil mortes relacionadas globalmente devido à doença (Aquino et al., 2020).

No Brasil, o primeiro caso registrou-se em fevereiro de 2020, e desde então a epidemia se espalhou pelo país. Para conter a propagação da doença, a Lei 13.979/2020 foi aprovada, estabelecendo medidas para enfrentar a emergência de saúde pública internacional causada pela Covid-19. Entre as ações preventivas adotadas, destacou-se a redução da mobilidade, restrições de viagem, quarentena e distanciamento social (Aquino et al., 2020).

Sem a intenção de mitigar os impactos gerados pela Covid-19, o Governo promoveu medidas de estímulo fiscal na economia para sustentar o consumo e a operação das correntes produtivas. Dentre as ações inovadoras, destacou-se a concessão de auxílio direto à população, a antecipação da segunda parcela do 13º

salário e a liberação de saques do PIS/Pasep junto ao FGTS, entre outras iniciativas (Queiroz, 2020).

No contexto dos impactos da pandemia de COVID-19 na economia brasileira e na indústria de papel e celulose, observa-se um quadro alinhado com as dificuldades enfrentadas por todos os setores do país. O consumo das famílias diminuiu em 3,8% em 2020 em comparação com 2019, enquanto a ociosidade produtiva nas indústrias aumentou consideravelmente, atingindo 50%, fazendo com que metade delas não tivessem produção. Em contrapartida, o setor de papel e celulose contrariou essa tendência, registrando um aumento de 8,1% no consumo de papelão em agosto de 2020 em comparação ao mesmo mês do ano anterior (Ferreira, 2020).

O aumento estabeleceu um recorde de produção, representando o nível mais alto alcançado em agosto desde 2005. Esse crescimento foi impulsionado pelas compras online no comércio eletrônico, que tiveram um aumento significativo devido às restrições de mobilidade na pandemia. Também se observou uma elevação na demanda por produtos de limpeza e higiene, necessários para seguir os protocolos de saúde e sanitização, o que impulsionou a produção de embalagens de papel. O incremento no uso de papelão nesse setor reflete uma adaptação às novas demandas dos consumidores. Essa alteração ocorre em resposta ao cenário desafiador e às mudanças nos padrões de consumo durante a crise sanitária global (Ferreira, 2020).

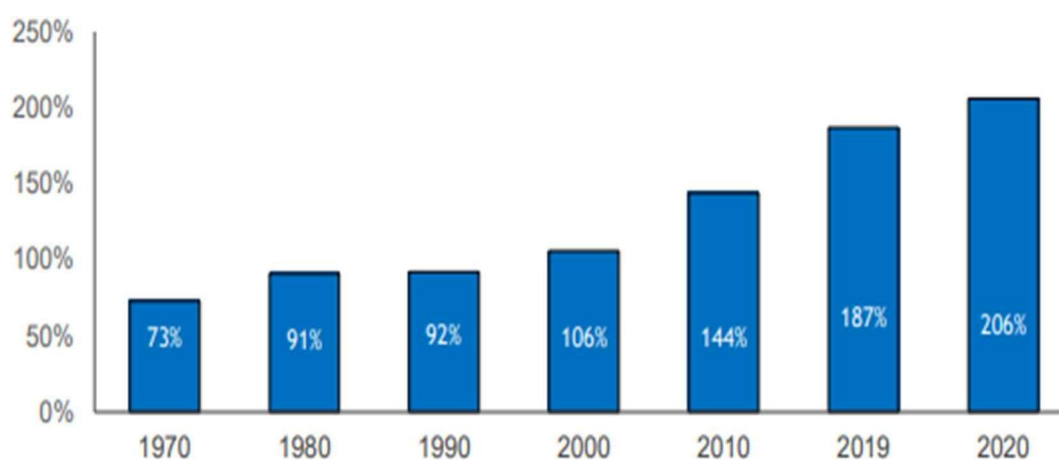
Atualmente, o Brasil é reconhecido como um grande produtor de diversos produtos derivados de papel, incluindo embalagens de várias formas, papel para impressão, cartolina, papel sanitário e notas de dinheiro. Isso o coloca entre os maiores fabricantes de papel do mundo, famoso pelo cultivo amplo de eucalipto e consequentemente, um dos principais exportadores de celulose do mundo (Teixeira; Oliveira; Gatti; Suarez, 2017).

Complementando essa realidade, no ano de 2019, a produção de celulose do Brasil atingiu 19,7 milhões de toneladas, garantindo sua posição como segundo maior produtor mundial de celulose, sendo três quartos dessa produção exportada. Ao avaliar sua produção de papel, o Brasil figura entre os dez maiores produtores mundiais de materiais de papel, gerando um total de 10,5 milhões de toneladas em 2019, com mais de 20% dessa produção destinada à exportação (Dias, 2021).

Devido ao clima, é possível perceber que o Brasil é extremamente competitivo na produção de celulose, principalmente na etapa florestal; isto é verdade tanto em termo de pesquisa e desenvolvimento do setor quanto em termos de produção de

celulose. Aproximadamente 70% da produção brasileira é escoada para o exterior atualmente. Em contrapartida, na União Europeia, a produção de celulose em relação ao papel foi de aproximadamente 40% em 2019 (IEA, 2020). Isto indica que o bloco europeu é um importador de celulose, o que dificulta fazer comparações específicas em relação aos níveis de consumo. Ao analisar a evolução da produção de papel e celulose no Brasil, desde a década de 2000, a produção de celulose superou a de papel, levando a um aumento proporcional entre ambos (Figura 1).

Figura 1: Razão de produção celulose/papel no Brasil



Fonte: EPE (2020)

É perceptível que a indústria de celulose se distingue de outros setores pela maturidade tecnológica, presença de grandes instalações industriais, extensa base de recursos florestais cultivados e investimento em tecnologia. Os dados apresentados na Figura 2 mostram que dez nações são as principais produtoras globais de celulose, responsáveis por cerca de 83% da produção mundial em 2020 (IBÁ, 2021). O Brasil ocupa a segunda posição, logo após os Estados Unidos.

Figura 2: Ranking dos maiores produtores de celulose no mundo em 2020

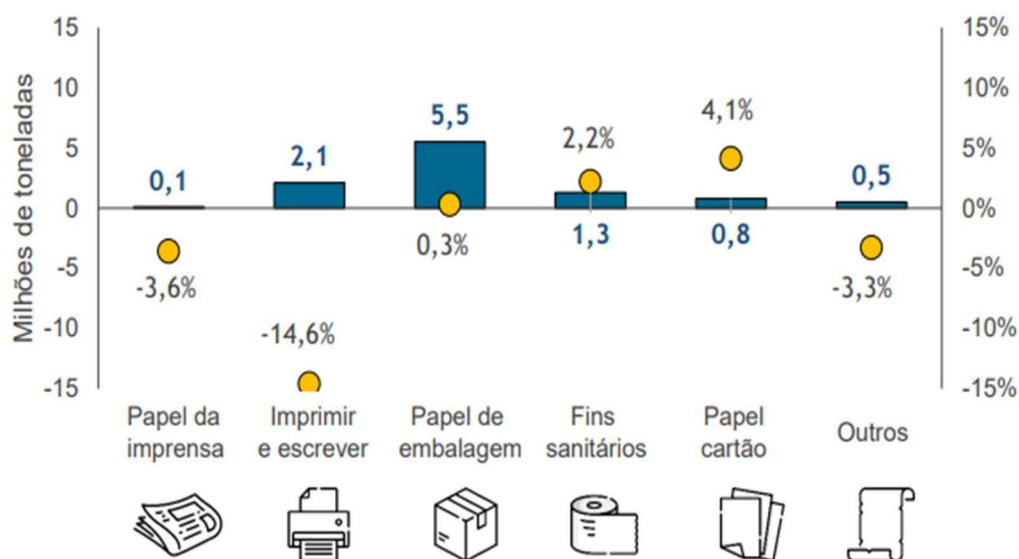
País	Produção (10 ⁶ t)	% da produção
EUA	50,9	27,4%
Brasil	21,0	11,3%
Canadá	15,4	8,3%
China	14,9	8,0%
Suécia	12,0	6,5%
Finlândia	10,5	5,7%
Rússia	8,8	4,7%
Indonésia	8,4	4,5%
Japão	7,2	3,9%
Chile	5,2	2,8%

Fonte: IBÁ (2021) e FAO (2021)

Neste cenário, apesar dos impactos da pandemia de Covid-19, a produção de celulose no Brasil registrou um crescimento de 6,6% em 2020 quando comparada a 2019. O setor exibiu uma resiliência notável frente às flutuações econômicas e nos padrões de consumo. Como resultado, o Brasil se manteve como o segundo maior produtor mundial, fabricando um total de 21,0 milhões de toneladas, sendo superado apenas pelos Estados Unidos. A confiança depositada na celulose brasileira, reconhecida tanto por sua qualidade quanto por sua origem sustentável e certificada, consolidou a indústria nacional como um ponto de referência global (EPE, 2021).

Contudo, a fabricação de papel no Brasil sofreu um decréscimo de 2,8% em 2020, alcançando 10,2 milhões de toneladas. Essa redução não foi homogênea entre as diversas categorias de papel. A crise de Covid-19 causou modificações expressivas nos moldes de educação e trabalho, ocasionando em um declínio superior a 14% na fabricação de papel para impressão e escrita. Em contraste, a elevação da necessidade por bens essenciais, impulsionada pela adesão a novos costumes, auxiliou para um avanço de 4,1% na produção de papel-cartão e uma elevação de 0,3% na confecção de papel para embalagens. Ademais, o papel sanitário assinalou um crescimento de 2,2% em resposta à demanda ascendente por produtos de higiene (IBÁ, 2021).

Figura 3: Produção por tipo de papel no Brasil, em 2020, e variação com relação a 2019



Fonte: IBÁ (2021)

A interação com avanços científicos e mudanças nos padrões de consumo, designadas durante um período como “o novo normal”, concluída na manutenção de uma demanda sólida no setor, refletiu na demanda por itens como papel higiênico e máscaras de proteção. Além disso, houve um aumento na busca por embalagens de papel sustentáveis, renováveis e criativas. Outro produto que teve um aumento na procura foram os pisos laminados, devido às reformas feitas pelos brasileiros durante o período de quarentena em casa (IBÁ, 2021)

Neste cenário, o setor brasileiro de celulose e papel exibiu resistência frente a desafios expressivos, tais como a pandemia de Covid-19. A fabricação de celulose aumentou apesar dos números, com o Brasil preservando sua colocação como um dos maiores produtores mundiais, aproveitando-se de sua qualidade reconhecida e procedência sustentável. Enquanto a produção de papel reduziu devido a alterações nos hábitos de consumo, ocorreram ajustes específicos em variados segmentos. A necessidade por produtos fundamentais impulsionou determinados tipos de papel, como papel-cartão e embalagens. O ramo continua a se desenvolver em resposta às exigências em contínua alteração, confirmando sua relevância econômica e sua habilidade de se adaptar a novas circunstâncias.

4 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

4.1 História e origem do DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é uma ferramenta crucial na análise financeira das empresas. Ela permite avaliar não apenas a capacidade de gerar riqueza de uma entidade, mas também sua responsabilidade social. Neste contexto, a DVA visa evidenciar a habilidade das organizações em criar riqueza e como essa riqueza é distribuída em benefício da comunidade em que atuam. Portanto, a Demonstração do Valor Adicionado não é apenas uma ferramenta contábil, mas também uma medida de responsabilidade e impacto social de uma empresa (Iudícibus, et al. 2013) e (Zanluca, 2017).

A DVA teve sua origem na Europa devido ao imposto em cima do valor agregado em vários países europeus e teve prestígio no Reino Unido, ao final da década de 70, por meio do relatório Corporate Report (Cunha, 2002).

Nesse sentido, Cunha (2002) destaca que foi durante a popularidade na década de 70, que a DVA foi considerada em muitos países como um instrumento vital para a divulgação de informações consideradas relevantes para a sociedade. Não apenas aos pesquisadores, mas principalmente para os comitês e instituições contábeis, que passaram a se preocupar com a elaboração da DVA.

Além disso, é crucial notar que a DVA se tornou parte integrante do Balanço Social. Este último é uma ferramenta essencial na contabilidade, destinada a enfatizar os efeitos sociais positivos decorrentes das operações de uma entidade. Assim, ele vai além das simples métricas financeiras. Essa abordagem abarca diversos aspectos sociais e desempenha um papel crucial na elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (Cunha, Ribeiro e Santos, 2005). Em suma, Cunha, Ribeiro e Santos (2005) enfatizam que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) fornece uma avaliação mais completa das empresas que beneficiam a sociedade. Isso se explica porque a riqueza produzida por essas entidades, conforme calculada e exibida na DVA, compõe uma parte significativa da riqueza total gerada pelo país. Além disso, a DVA fornece informações valiosas sobre a distribuição da riqueza entre os diferentes agentes econômicos envolvidos.

No início da década de 1960 esse tipo de relatório teve sua origem, principalmente em resposta aos movimentos sociais que ganharam destaque na França, Alemanha e Inglaterra. De acordo com Lima et al., (2022), durante essa década, houve um aumento na demanda por informações que atendessem às necessidades dos usuários. Esses indivíduos não eram diretamente beneficiados pelas projeções financeiras tradicionais da época, as quais incluíam os trabalhadores. Com isso, a DVA ganha destaque ao se concentrar na criação e distribuição de riqueza entre os colaboradores. Esse método inovador torna-se um marco na maneira como os funcionários monitoram o desempenho empresarial e o retorno do trabalho dedicado à organização.

Esses movimentos enfatizaram a necessidade de as empresas assumirem responsabilidades sociais mais sólidas. Em resposta a essas demandas, a Lei n.º 77.769 foi aprovada pelo Congresso Francês em 12 de julho de 1977. Essa legislação exigiu que todas as companhias e instituições com mais de 299 funcionários elaborassem e tornassem público o Balanço Social (Santos, 2019). Nesse contexto, Tinoco (2009, p. 34), ilustra o objetivo do Balanço Social: “O Balanço Social tem por objetivo ser equitativo e comunicar informação que satisfaça à necessidade de quem dela precisa.”

O início dos anos 70 no Brasil marcou o aparecimento das práticas de relatórios sociais e do Balanço Social. A Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) desempenhou um papel fundamental ao organizar congressos anuais sobre "Balanço Social" a partir de 1979 (Santos, 2019). Em 1984, a primeira dissertação acadêmica de mestrado sobre o tema, intitulada "Balanço Social: uma abordagem socioeconômica da contabilidade", foi apresentada na FEA — USP.

Concomitantemente, em 1997, o sociólogo Herbert de Souza, também conhecido como Betinho, e o Ibase, lançaram uma campanha para promover o Balanço Social. Nesse mesmo ano, a Gazeta Mercantil introduziu o selo do Balanço Social. Durante esse período, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tornou obrigatória a apresentação do Balanço Social (Dos Santos, 2019).

Nesse mesmo ano, 1997, o tema também foi destacado no Projeto de Lei n.º 3.116, proposto pelas deputadas federais Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling. Este projeto estabeleceu a obrigatoriedade da publicação do Balanço Social para empresas privadas com mais de 100 funcionários e para todas

as empresas públicas, operadoras e permissionárias de serviços públicos (Andrade et al., 2022).

O balanço social, de acordo Silva et al (2015), desempenha um papel crucial ao permitir que as organizações relatem suas iniciativas, benefícios e ações sociais. Essas demonstrações carregam consigo um significado intrínseco, especialmente do ponto de vista contábil, divulgado pelas empresas. A importância social desses relatórios é destacada por Moraes et al. (2017).

Silva et al (2015) também explica que o balanço social apresenta informações sobre a posição de uma empresa em relação a questões sociais e ambientais. Aguiar e Oliveira (2018) ressaltaram que o balanço social é uma representação da sustentabilidade, governança corporativa e responsabilidade social das organizações. Este tem o objetivo de demonstrar a maneira como a entidade se insere na sociedade e contribui para o bem-estar comum.

O balanço social, como componente vital dos sistemas tradicionais de contabilidade, desempenha uma função crucial. Ele fornece as informações requeridas para guiar as decisões políticas na promoção da sustentabilidade social. Além disso, é útil para avaliar os impactos de tais escolhas, tanto interna quanto externamente, beneficiando os cidadãos e outros interessados, também conhecidos como stakeholders (Cardillo e Longo, 2020).

Nesse contexto, a DVA também tem ganhado destaque, dada a sua importância socioeconômica. O estímulo à divulgação de informações sociais tem crescido nos últimos anos, e a DVA passou a ser considerado um parâmetro importante e utilizado como índice no ranking pela Revista Exame nas edições das Melhores e Maiores (MM). Em resposta a essa demanda, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) desenvolveu um modelo de DVA que permite às empresas participarem desse ranking (Andrade et al., 2022).

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) demonstrou seu compromisso em associar a contabilidade às questões sociais. Isso foi realizado por meio da publicação da Resolução n.º 1.003 em 2004, que validou a NBC T 15 — Informações de Natureza Social e Ambiental, promovendo assim a divulgação de informações de caráter social. Em 2005, seguindo essa diretriz, o CFC aprovou a Resolução n.º 1.010/2005. Essa Resolução estabeleceu a norma NBC T 3.7 — Demonstração do Valor Adicionado, definindo os critérios para a apresentação de informações na DVA e a configuração correspondente (Correa, 2010).

Assim, a DVA transformou-se em um mecanismo significativo para as companhias que anseiam evidenciar sua responsabilidade social e ecológica. Ademais, possibilita às instituições rastrear o rendimento socioeconômico pelo qual são julgadas. Através da DVA, as organizações podem mensurar sua contribuição para a economia, produzindo dessa maneira, informações significativas à comunidade local e aos governos locais. Logo, a análise financeira por meio da DVA é uma estratégia vital para as empresas que querem destacar seu envolvimento com o impacto socioeconômico. Tal estratégia provê dados pertinentes e atualizados sobre o desempenho da empresa, reforçando sua relevância.

4.2 Importância da DVA

A Responsabilidade Social Empresarial (RSE) é uma resposta aos desequilíbrios sociais causados pelo crescimento econômico moderno. À medida que a economia registra um rápido crescimento, ao mesmo tempo, observa-se um aumento na pobreza e na degradação ambiental. Diante deste cenário, surge uma demanda crescente para que as empresas abordem essas questões. É essencial que elas adaptem práticas que beneficiem tanto a sociedade quanto o ambiente (Dalmacio; Buoso, 2016).

As grandes empresas desempenham um papel significativo na geração de riqueza e o seu impacto vai além da simples criação de empregos e da oferta de produtos e serviços de qualidade, de acordo com Sousa e Faria, 2018. É essencial que essas empresas deem prioridade à qualificação profissional e se engajem em iniciativas sociais. Além disso, elas devem adaptar seus processos produtivos para proteger o meio ambiente. Sua responsabilidade não termina aí, estende-se à promoção do desenvolvimento de seus colaboradores. Isso inclui contribuir para causas sociais e integrar práticas sustentáveis em suas operações (Sousa; Faria, 2018).

Assim, Gonçalves et. al. (2013) conceituam o Disclosure Social como uma ferramenta que desempenha um papel fundamental como um meio de comunicação das atividades de responsabilidade social realizadas pelas empresas. Essa prática reflete a responsabilidade mais ampla das grandes empresas, que vão além de suas operações comerciais tradicionais, ao se envolverem em questões sociais e ambientais.

Visando possibilitar a melhor transparência e padronizar a estrutura das divulgações das informações financeiras, a Lei no. 11.638/07 foi promulgada para fortalecer o mercado de capitais do Brasil, garantir a qualidade e a precisão das informações financeiras e promover a harmonização das práticas contábeis com as normas internacionais. As empresas de capital aberto e outras entidades legalmente designadas são obrigadas a divulgar a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) por meio dessa lei, agregando um aspecto social às demonstrações financeiras (Reusch; Rover; Ferreira, 2016). Essa medida buscou destacar a responsabilidade ampla das grandes empresas em relação ao envolvimento social e ambiental, indo além de suas operações comerciais tradicionais.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era um requisito compulsório no Brasil até a promulgação da Lei n.º 11.638/07, com modificações trazidas pela Lei n.º 6.404/76. Tais modificações estabeleceram a obrigatoriedade de elaboração e divulgação da DVA como parte das projeções contábeis anuais para companhias de capital aberto. Antes de se tornar obrigatória para essas empresas, a DVA era encorajada e apoiada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). É relevante observar que a DVA integra as demonstrações contábeis obrigatórias, conforme determinado pelas normas internacionais de contabilidade (Azevedo, 2010).

A DVA é um relatório que tem em vista evidenciar o quanto de riqueza a entidade produziu, distribuído e o quanto ficou retido. Um ponto curioso sobre esta Demonstração é que, por advir de influências de países europeus, ela pode ser utilizada pelos mesmos (Santos et al., 2019), como modelo de análise de desempenho e contribuição social.

O processo de distribuição do valor adicionado é essencial para a análise financeira e contábil de uma organização, pois engloba diversas categorias e stakeholders envolvidos, representando um aspecto crítico na gestão empresarial. Neste contexto, a distribuição de recursos se segmenta em diversas áreas. Estas abrangem remunerações de pessoal, impostos, contribuição de capitais de terceiros e próprio. Além disso, contempla a perspectiva de lucros reinvestidos e a participação de acionistas minoritários. Essa distribuição abrangente reflete a complexidade das operações financeiras de uma empresa e sua responsabilidade para com os diversos stakeholders (Santos et al., 2019).

A Demonstração do Valor Adicionado vai além de um mero balanço financeiro, servindo como uma ferramenta essencial para avaliar não apenas a geração de riqueza, mas também o impacto social das organizações. Sua abordagem inclusiva atende a uma variedade de stakeholders, promovendo uma compreensão mais abrangente do desempenho das empresas na sociedade. Paulo et al. (2020) expandem a função da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Eles destacam que essa ferramenta não apenas evidencia a criação e distribuição de riqueza, mas também fornece insights sobre aspectos econômicos e sociais. Assim, permite uma avaliação mais ampla das atividades da organização na sociedade. Yogesha e Mahadevapa (2014) enfatizam que a DVA apresenta resultados de forma acessível a um amplo conjunto de stakeholders, proporcionando uma métrica valiosa para avaliar o desempenho econômico das entidades.

Desse modo, se todas as empresas que possuem produtividade apresentassem a DVA, a conjunção de todos os valores adicionados seria o produto interno bruto. Desta maneira, de acordo com Santos et al., (2019), a DVA é baseada em conceitos macroeconômicos, restringindo-se a aspectos da macroeconomia, oferecendo, a parcela de subsídios que a empresa tem no PIB, assim explica Corsi (2016).

A DVA demonstra as remunerações dos fatores de produção que contribuíram para a formação do valor adicionado de uma unidade econômica, esta demonstração está restrita às empresas de capital aberto por força legal, contudo ainda sim se trata de um relatório que demonstra com clareza os elementos que compõe a renda nacional no conceito macroeconômico, e para o PIB seria suficiente modificações na DVA, que a empresa através da contabilidade, tem condições de fornecer com qualidade os dados necessários para construção do PIB. (Corsi, 2016, p. 61)

No Brasil, os estudos primários sobre a DVA foram expandidos na década de 90 pelo Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). A partir de 1997, a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) incluiu a DVA no cálculo de excelência empresarial para a alternativa das empresas com as melhores atuações nos setores para a edição de “Melhores e Maiores”, da Revista Exame (Fransosi et al., 2019).

Ao observar o grau de amplitude alcançado por essa demonstração trata-se de forte pressuposto ao avaliar as inúmeras finalidades da (DVA), observado em recentes pesquisas científicas. Por meio da DVA, é aceitável avaliar o comportamento da economia de um país, além de suas consequências políticas. Sendo assim, admitiu

também verificar o processo de evolução da economia e o resultado das políticas tributárias e sociais refletidos nos valores apresentados na DVA. E concluíram que, por meio da DVA, pode-se mostrar a evolução de uma política de revisão da distribuição dos recursos e redução do custo do capital de terceiros (Lima et al., 2022).

Nesse sentido, a DVA evoluiu para uma poderosa ferramenta de análise, fornecendo visões sobre a contribuição econômica e o cumprimento da responsabilidade social de uma empresa. No cenário atual de consumidores e investidores conscientes, essas práticas são essenciais para estratégias de negócios bem-sucedidas.

4.3 Estrutura da DVA

De acordo com Santos et al. (2003), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) não estabeleceu um modelo específico para a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), permitindo a flexibilidade na sua elaboração pelos órgãos reguladores. Seguindo o item 9 do CPC 26 (2011), as demonstrações contábeis são uma apresentação organizada da situação financeira, patrimonial e desempenho da entidade.

Conforme o Pronunciamento Técnico, as demonstrações possuem o propósito de evidenciar os resultados da atuação administrativa. Isso inclui ressaltar as obrigações e responsabilidades da administração na gestão cuidadosa dos recursos em que lhes foram confiados (CPC, 2011).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é elaborada por meio de um método dedutivo, ou seja, segue passos lógicos. O processo se inicia com o cálculo do Valor Adicionado Bruto (VAB), que é a diferença entre as receitas e os custos dos insumos adquiridos de terceiros. No entanto, os custos com mão-de-obra direta e outros itens destinados à distribuição para funcionários, entidades governamentais, financiadores externos e proprietários são excluídos dessa conta (CPC 09, 2008).

Em seguida, na primeira seção da DVA, nomeada "Receitas", a receita bruta de vendas e serviços, além de outras receitas são contabilizadas. Isso inclui a depreciação de investimentos, ativos fixos, ativos intangíveis, e o saldo líquido da criação ou reversão das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, sem a dedução dos impostos relacionados (Santos et al., 2022).

Avançamos agora para a segunda seção, intitulada "Insumos Adquiridos de Terceiros". Nesta seção, todos os elementos que compõem o custo dos bens ou serviços vendidos são contabilizados. Isso inclui itens como matérias-primas, mercadorias, materiais diversos, energia e serviços prestados por terceiros. Salienta-se que custos trabalhistas, impostos, juros, aluguel e outras despesas que são mencionadas na distribuição do valor adicionado não são incluídas nesta seção (Santos et al., 2022). Os saldos líquidos resultantes de constituições ou reversões de perdas estimadas, decorrentes de depreciação ou redução do valor recuperável dos ativos, também são levados em consideração (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, 2008).

Em seguida, o Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (VALPE) é obtido a partir do Valor Adicionado Bruto (VAB). Então, para chegar a esse valor, subtraem-se as despesas de depreciação, amortização e exaustão que estão registradas na demonstração do resultado do exercício (DRE), conforme orientado pelo Comitê de pronunciamentos contábeis, 2008.

Com base nisso, o Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD) é a soma do Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (VALPE) e do Valor Adicionado Recebido em Transferência (VART).

O VALPE representa a riqueza produzida internamente pela empresa. Por outro lado, o VART consiste na riqueza adquirida de outras corporações, abrangendo ganhos financeiros, resultados de equivalência patrimonial, dividendos de participações societárias avaliadas pelo custo de aquisição, aluguéis e direitos de franquia, entre outros, conforme observado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008). Assim, o VATD representa a riqueza total disponível para distribuição pela empresa (Lagioia, 2014).

Posteriormente, o Valor Adicionado Total a Distribuir (VATD), na DVA, é a riqueza gerada pela empresa para distribuição entre funcionários, governo, financiadores e proprietários. Os grupos incluem "Pessoal", "Impostos, Taxas e Contribuições", "Remuneração de Capitais de Terceiros" e "Remuneração de Capitais Próprios" (Comitê de pronunciamentos contábeis, 2008).

No subitem "Pessoal", são considerados custos diretos de mão-de-obra, despesas com equipe, encargos trabalhistas, benefícios e FGTS, excluindo as contribuições do INSS descontadas dos salários dos trabalhadores (Santos et al., 2022).

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09, a seção 8.2 "Impostos, Taxas e Contribuições" da DVA inclui pagamentos tais como imposto de renda e contribuição social. Além disso, contribuições ao INSS e outras obrigações fiscais ou contribuições sob responsabilidade da empresa também estão contempladas. Este pronunciamento técnico oferece orientação vital para a formulação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Ele se refere especificamente à contabilização e apresentação dos respectivos impostos e contribuições, conforme estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008).

Ademais, a seção 8.2 "Impostos, Taxas e Contribuições" da Demonstração de Valor Adicionado compreende apenas os impostos que a empresa é legalmente obrigada a pagar, sendo a empresa o "sujeito passivo formal", conforme o artigo 121 do Código Tributário Nacional. A obrigação pode ser como contribuinte direto ou responsável pelo pagamento (Brasil, 1966).

A seção 8.2 "Impostos, Taxas e Contribuições" da DVA inclui impostos não recuperáveis já contemplados no preço de bens ou serviços. Estes devem ser discriminados pela entidade legalmente responsável, seja como contribuinte direto ou como encarregada pelo pagamento. Por exemplo, o imposto (ICMS) sobre a compra de material de limpeza por um escritório de advocacia é listado na DVA do fornecedor ou fabricante, a qual é o responsável pelo pagamento do ICMS, e não pelo escritório de advocacia. Portanto, a seção 8.2 da DVA lista os impostos que a empresa é legalmente obrigada a pagar, mesmo que esses impostos estejam inclusos no preço dos produtos ou serviços vendidos.

Por sua vez, a seção 8.2 "Impostos, Taxas e Contribuições" lista os impostos que uma empresa é legalmente responsável por pagar, mesmo que o custo seja transferido para outra parte (Santos et al. 2022). Por exemplo, um banco que concede um empréstimo a uma empresa varejista deve listar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em seu DVA, apesar de a empresa varejista ser quem paga (Lagioia, 2014).

A seção 8.3, intitulada "Remuneração de Capitais de Terceiros", abrange juros de empréstimos e financiamentos, além de aluguéis. Inclui outros pagamentos, como royalties, franquias e direitos autorais. Estes últimos representam uma transferência de riqueza para terceiros, conforme explicado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (2008).

Por fim, a seção 8.4 "Remuneração de Capitais Próprios" da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) registra pagamentos ou créditos atribuídos aos acionistas e sócios da empresa. Isso inclui dividendos ou juros sobre o capital próprio, além de lucros retidos ou perdas (CPC, 2008).

Em uma DVA consolidada, essa seção também detalha pagamentos feitos a acionistas e sócios minoritários. Essa sequência de passos no processo de elaboração da DVA fornece uma visão abrangente da geração e distribuição de valor, garantindo uma análise financeira sólida e detalhada da empresa.

Tendo em vista, na tabela 1 abaixo demonstra um modelo de DVA para todas as empresas, seja dos ramos comerciais, industriais ou prestadoras de serviços:

Tabela 1: Estrutura da DVA

DESCRIÇÃO	20X1 (R\$)	20X0 (R\$)
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)		
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 – Remuneração direta		
8.1.2 – Benefícios		

8.1.3 – F. G.T. S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 – Federais		
8.2.2 – Estaduais		
8.2.3 – Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 – Juros		
8.3.2 – Aluguéis		
8.3.3 – Outras		
8.4) Remuneração de Capitais Próprios		
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio		
8.4.2 – Dividendos		
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Fonte: (ZANLUCA, [s/d])

4.3 Diferença entre a DRE e a DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como uma ferramenta de relatório financeiro, é uma fonte de informações valiosas que complementa a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Embora ambas sejam baseadas nas normas contábeis, elas têm perspectivas diferentes. A DRE foca no lucro líquido do exercício, detalhando despesas, juros, gestão, custos e outros elementos que influenciam no resultado da receita. Em contraste, a DVA oferece uma visão mais ampla e detalhada, destacando como a riqueza gerada pela empresa é distribuída entre os agentes econômicos afetados por suas atividades (Dallabona; Kroetz; Mascarello, 2014).

Essa abordagem reforça o compromisso das grandes empresas com a responsabilidade social, indo além de suas operações comerciais típicas e considerando seu envolvimento social e ambiental (Souza; Faria, 2018).

Nesse contexto, Santos, Botinha e Lemes (2019) postulam que a demanda crescente por informações mais abrangentes amplia a importância da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no âmbito da convergência contábil. Eles esclarecem que a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) foca na capacidade da empresa de gerar lucros para os sócios, desconsiderando outros elementos econômicos que contribuem para a geração de riqueza. Embora a DVA não apresente novidades em

relação às informações contidas na DRE, ela ainda oferece os dados de forma mais clara e direta. Este enfoque realça a responsabilidade mais ampla das grandes empresas, incluindo seu compromisso social e ambiental, além de suas operações comerciais habituais.

Azevedo (2010) destaca essa diferença:

A principal diferença é que a DRE apresenta a riqueza gerada pela empresa, durante determinado período, que pertence aos acionistas, ao passo que a DVA é mais abrangente, evidencia a riqueza gerada pela empresa, durante determinado período, que pertence a toda a sociedade (coletividade). Ambas são apuradas considerando o regime de competência (AZEVEDO, 2010, p. 122).

Nesse sentido, é importante enfatizar que, mesmo os elementos da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) sendo derivados da DRE, não devem ser confundidos. Neves e Vicenconti (2002), referenciados por Moraes (2008, p. 44), esclarecem que a DVA mantém uma estrutura única, com componentes distintos cruciais para compreender como o valor é gerado ao longo do processo:

Ao analisarem-se as duas demonstrações, pode-se concluir que ambas têm enfoques bem diferentes e objetivam fornecer informações sob diferentes pontos de vista, embora sejam complementares e imprescindíveis. Por isso, a elaboração e divulgação das duas demonstrações (DRE e DVA) atendem, eficazmente, à necessidade que os usuários possuem de informações adicionais às atuais demonstrações contábeis obrigatórias.

4.4 Vantagens e Desvantagens da DVA

Paulo et. all. (2020) enfatizam que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) fornece aos investidores e demais stakeholders informações econômicas e sociais valiosas, possibilitando uma compreensão mais abrangente da empresa em relação à comunidade em que atua. Ressaltam que além de disponibilizar dados que podem influenciar as decisões dos usuários a DVA também serve como ferramenta de avaliação do desempenho da organização ao mostrar como a riqueza está distribuída. Ou seja, além de fornecer dados que podem influenciar as decisões dos usuários, também serve como ferramenta de avaliação do desempenho da organização ao mostrar como a riqueza está distribuída.

Portanto, é imperativo considerar o valor adicionado para avaliar o desempenho de uma empresa, uma vez que esse fornece um indicador de uma perspectiva clara

dos lucros e do fluxo de caixa. Isso enfatiza a abrangência do papel das grandes empresas, que vai além de suas atividades comerciais regulares, englobando também seu compromisso com questões sociais e ambientais.

Por fim, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) oferece várias vantagens, conforme destacado por Gelbcke et al. (2018, p. 1924):

Ela evidencia a capacidade de criar valor e como a riqueza é distribuída pela empresa, auxilia na avaliação do desempenho financeiro, contribuições para cálculos relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB) e indicadores sociais, revela dados sobre os benefícios gerados pelos fatores de produção e pelo governo, e fornece à empresa informações sobre sua contribuição para a criação de riqueza na região onde está localizada.

Nesse contexto, Dalmácio (2004) argumenta que a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem grande relevância tanto para a sociedade quanto para a empresa. Isso ocorre porque a tradicional Demonstração do Resultado do Exercício demonstra apenas, a parte da riqueza gerada que permanece na organização, enquanto a DVA fornece informações sobre o montante adicionado ou a ser distribuído.

É preciso salientar os aspectos favoráveis e desfavoráveis referentes à Demonstração do Valor Adicionado (DVA). A tabela 2, apresentada a seguir, proporciona uma perspectiva equilibrada desses pontos e dos desafios vinculados a esta ferramenta nas empresas. Destaca-se, assim, a necessidade de levar em consideração tanto seus benefícios quanto suas limitações:

Tabela 2: Pontos positivos e negativos da Demonstração do Valor Adicionado

PONTOS POSITIVOS	PONTOS NEGATIVOS
Permite obter uma dupla visão da realidade empresarial: a econômica, relativa ao valor gerado, e a social, correspondente às rendas distribuídas	Apresenta dificuldades de entendimento devido a sua não normatização e padronização;
Possibilita desenvolver um efetivo sistema de avaliação dos gestores e unidades.	Pode levar a tomada de decisões incorretas quanto à maximização do valor adicionado, em lugar dos lucros;
Tem uma linguagem aceita por todos os seus destinatários e que se faz compreensível ao conhecimento de qualquer usuário.	Está sujeito à incorporação de distorções provocadas por sua subjetividade e forma própria de estimativa;

Reflete a lucratividade e a eficiência das operações e atividades da entidade, como também a evolução econômica em seu conjunto.	Pode motivar uma certa dificuldade na hora de se realizarem análise de desempenho empresarial no setor econômico a que a companhia pertence;
Fornecer dados para a tomada de decisão e o sistema de controle de desempenho.	Necessita informações contábeis atualizadas e confiáveis e, se possível, auditadas;

Fonte: COSENZA (2003, p. 16)

5 INDICADORES DE ANÁLISE

A DVA, consoante a definição de Ludícibus et al. (2013), tem em vista evidenciar o valor gerado pelas empresas, sendo resultado da distribuição desse valor entre os diferentes grupos econômicos que desempenharam um papel fundamental em sua geração de riqueza. Consequentemente, esta demonstração fornece informações de interesse tanto para os agentes econômicos internos quanto externos. Cunha, Ribeiro e Santos (2005) afirmam que a DVA permite uma análise mais detalhada das organizações de uma sociedade. Isso se deve ao fato de que a riqueza gerada por essas entidades, medida e divulgada através da DVA, contribui diretamente para a soma total da riqueza produzida pelo país.

Através da DVA, é possível obter um conjunto de informações sobre a geração de riqueza da organização e sua repartição entre os beneficiários, como acionistas, governos, financiadores externos e funcionários.

No contexto atual, a análise da DVA possibilita o uso de indicadores como a riqueza acumulada, a contribuição de ativos e patrimônio, para análise da geração de riqueza. Além disso, também permite avaliar a participação dos empregados, a contribuição do governo e de terceiros, e a participação dos acionistas no valor gerado. Estes indicadores permitem avaliar o nível de responsabilidade social da empresa e o seu compromisso com a distribuição equitativa da riqueza.

A retenção de riqueza, como mencionado anteriormente, desempenha um papel crucial na análise da geração de valor pelas entidades e sua distribuição. É um indicador financeiro que reflete a quantidade de valor gerado que a corporação preserva em relação à receita total. Essa métrica viabiliza a eficiência da empresa em produzir valor para seus acionistas e reter uma fração desse valor para investimentos

futuros. Segundo Zanluca (2017), a DVA é essencial, ao prover dados sobre a geração de receitas, tipos de receitas obtidas e despesas associadas, incluindo insumos adquiridos. Ademais, ao compreender a proporção da riqueza destinada, é viável identificar os agentes econômicos beneficiados e os montantes alocados a cada um.

Ao realizar uma análise da Demonstração de Valor Adicionado (DVA) e considerar a retenção de riqueza como um indicador, é possível obter percepções sobre a capacidade da empresa em reinvestir em seu próprio desenvolvimento.

O patrimônio líquido é crucial para a geração de riqueza de uma organização, conforme apontado por Wainberg (2023). Essa contribuição se torna fundamental, pois reflete o investimento dos proprietários e a respectiva participação nos lucros do empreendimento.

Wainberg (2023) usa a prática de Warren Buffett, renomado investidor, como exemplo. Buffett tem o hábito de mostrar aos seus acionistas a progressão do patrimônio líquido. Ele faz porque o patrimônio líquido é uma medida que reflete a riqueza dos acionistas que detêm participação na empresa. De acordo com o CPC 00, o patrimônio líquido é definido como "o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os passivos". Assim, serve como um amortecedor de segurança, com a capacidade de absorver perdas e resistir a adversidades financeiras. A estabilidade oferecida pelo patrimônio líquido garante a continuidade das operações e a geração sustentada de valor ao longo do tempo.

A participação dos colaboradores na Demonstração do Valor Adicional (DVA) reflete a parcela dos recursos gerados pela empresa que é direcionada a eles, tornando-se um indicador significativo para avaliar a distribuição de valor e o engajamento da equipe. Neste cenário, é vital reconhecer o papel crucial que os funcionários desempenham no processo produtivo e na geração de valor.

Segundo Iudícibus et. al (2010), o valor adicionado distribuído aos colaboradores inclui a totalidade das remunerações, descontando os encargos e benefícios. A análise da participação dos funcionários na DVA destaca a necessidade de examinar este indicador, permitindo avaliar se a empresa promove uma distribuição justa do valor gerado, valorizando o trabalho e estimulando o engajamento da equipe. Essa análise pode oferecer insights sobre a cultura organizacional, a sustentabilidade dos resultados e a relação entre a empresa e seus colaboradores.

A participação do governo no valor adicionado é um importante indicador de análise da carga tributária sobre a atividade produtiva. Esse indicador é obtido pela

relação entre os impostos, taxas e contribuições pagos pela empresa e o valor adicionado total. A análise dessa medida pode auxiliar na avaliação da eficiência da empresa e no planejamento tributário para redução de custos.

Uma das vantagens proporcionadas pelas informações apuradas na DVA é a possibilidade de se obter num único item todos os encargos com impostos, taxas e contribuições suportados pela empresa. Em nenhuma outra demonstração contábil há essa segregação de encargos (Santos; Hashimoto, p. 157, 2003).

Conforme estipulado pelo CPC 09, que aborda a Remuneração de Capital de Terceiros, o indicador em discussão abarca os valores desembolsados ou contabilizados em favor dos financiadores externos de capital, abrangendo aluguéis e outras formas de investimento que envolvem transferências de riqueza a terceiros.

As transferências mencionadas podem incluir despesas associadas ao capital intelectual, tais como royalties, franquias e direitos autorais, entre outros. O cálculo deste indicador é feito dividindo os pagamentos de juros e aluguéis feitos pela empresa pelo valor total adicionado. A avaliação deste indicador pode ser útil na análise da estrutura de financiamento da empresa e na gestão eficiente dos recursos financeiros.

De acordo com CPC 09, as remunerações do capital próprio e os reinvestimentos dos lucros na empresa são representantes da remuneração do acionista, uma vez que o lucro é o retorno direto para o acionista. Esse indicador é obtido ao relacionar os dividendos pagos aos acionistas com o valor agregado total da empresa. A análise desse indicador pode fornecer percepções importantes sobre uma possível má alocação de recursos financeiros, especialmente quando ocorre em detrimento de investimentos em atividades produtivas.

Os indicadores de participação, tais como a participação dos colaboradores, do governo, de terceiros e dos acionistas, desempenham um papel crucial na medição da distribuição da riqueza gerada pela empresa. Além disso, permite identificar possíveis exportação na sua estrutura de financiamento e gestão. Dessa forma, é possível avaliar o compromisso social da empresa, bem como a eficiência na distribuição de lucros. Além disso, esses indicadores também são importantes para analisar a competitividade da empresa em relação à carga tributária e sua dependência de recursos externos.

Portanto, a análise da Demonstração do Valor Adicionado, através desses indicadores, é relevante para compreender como a pandemia da Covid-19 impactou a distribuição da riqueza gerada pelas empresas. Dessa forma, a analisar desses indicadores, pode ajudar a compreender quem teve maior representatividade na distribuição da riqueza durante o período da pandemia.

6 METODOLOGIA

A pesquisa foi categorizada como exploratória, pois tentou aprofundar o conhecimento existente sobre o tema e promover uma melhor compreensão do mesmo. Além disso, este estudo também se caracteriza como documental por utilizar dados pré-existentes das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) das empresas (Gil, 2018).

Utilizando a DVA como fio condutor, o objetivo principal deste estudo foi compreender a geração e distribuição do valor gerado pelas empresas no período antes, durante e depois da pandemia da Covid-19, correspondendo aos anos 2018 a 2022, assim foi realizada uma análise dos conteúdos dos relatórios dos anos de 2018 a 2022.

Esta pesquisa se caracteriza como pesquisa descritiva, pois analisou o comportamento de quatro empresas que tem suas ações negociada na Bolsa de Valores, até 2022. A pesquisa realizada fornece percepções aprimoradas sobre o tema abordado, visando analisar os impactos da pandemia da Covid-19 na geração e distribuição de riqueza nas empresas do setor de papel e celulose listadas na B3.

Foi selecionado empresas listadas na B3 do ramo de papel e celulose. Esses negócios tipificam as entidades de capital aberto voltadas para a indústria de papel e celulose negociadas publicamente na bolsa de valores. A lista de empresas incluía as seguintes entidades.

Tabela 3: Empresas listadas na B3 do ramo de papel e celulose

Papel e Celulose	
KLABIN S/A	KLBN
MELHOR SP	MSPA
SUZANO HOLD	NEMO
SUZANO S.A.	SUZB
Embalagens	
IRANI	RANI

Fonte: (B3, 2023)

Das empresas listadas, selecionamos apenas quatro, excluindo a SUZANO HOLD por ser uma holding. Assim, a amostra é composta por quatro empresas do total de cinco classificadas no segmento de papel, celulose e embalagens. Portanto, a amostra representa 80% da população total.

Era necessário que as empresas divulgassem suas Demonstrações Financeiras desde o ano de 2018, possibilitando a realização de uma análise ao longo do tempo para investigar e compreender a evolução dos eventos no decorrer dos anos.

Os dados foram adquiridos das Demonstrações Financeiras das empresas, as quais foram disponibilizadas nos respectivos sites. Para a obtenção das informações essenciais para o cálculo do índice, utilizamos a DVA como fonte. A análise dos dados será pela amostragem dos montantes líquidos produzidos pela empresa, divididos em duas categorias distintas. A primeira inclui os geradores de riqueza, que são a retenção de riqueza (RR) e a contribuição do ativo na produção de riqueza (CAGR). A segunda categoria abrange os distribuidores de riqueza, que consistem na contribuição do patrimônio líquido, na participação dos funcionários, do governo e de terceiros e acionistas no valor adicionado.

Após a obtenção dos dados, para o cálculo foram utilizados os índices selecionados destinados à avaliação. Os índices de desempenho envolvidos na seção deste estudo foram empregados conforme tabela descrita a seguir. A qual apresenta as abreviações e os seus respectivos significados, para as métricas relacionadas à geração e distribuição de riqueza em uma empresa.

Tabela 4: Índice de desempenhos e abreviações

Abreviação	Significado
RR	Retenção de riqueza
CAGR	Contribuição do ativo na geração de riqueza;
CPLGR	Contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza;
VADE	Participação dos trabalhadores sobre valor adicionado;
VADG	Participação de governo sobre valor adicionado;
VADT	Participação de terceiros sobre valor adicionado;
VADA	Participação de acionistas sobre valor adicionado.

Fonte: O autor (2023).

Tabela 5: Fórmula dos indicadores

Indicador	Fórmula
Retenção de riqueza	$(\text{Valor adicionado total} / \text{Receita Total}) \times 100\%$
Contribuição do ativo na geração de riqueza	$(\text{Valor adicionado total} / \text{Ativo total}) \times 100\%$
Contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza.	$(\text{Valor adicionado total} / \text{Patrimônio líquido}) \times 100\%$
Participação dos empregados no valor adicionado.	$(\text{Pessoal} / \text{Valor adicionado total}) \times 100\%$
Participação de governo no valor adicionado.	$(\text{Impostos, taxas e contribuições} / \text{Valor adicionado total}) \times 100\%$
Participação de terceiros no valor adicionado.	$(\text{Capitais de Terceiros} / \text{Valor adicionado total}) \times 100\%$
Participação de acionistas no valor adicionado.	$(\text{Remuneração de Capitais Próprios} / \text{Valor adicionado total}) \times 100\%$

Fonte: Adaptação de MARION (2018, p. 493-494)

O cálculo dos índices foi realizado posteriormente, utilizando as fórmulas esboçadas na tabela subsequente. Os resultados foram consolidados para facilitar a análise dos dados. A avaliação foi conduzida tanto em uma base individual para cada empresa quanto para o setor como um todo.

Tabela 6: Fórmulas dos indicadores de análise do DVA e seus conceitos

Fórmula	Conceito
$(VAT/RT) \times 100\%$	Quanto da receita transforma-se em Valor Adicionado. Pode também ser entendido como um indicador da capacidade de produzir Valor Adicionado;
$(VAT/AT) \times 100\%$	Indica o percentual de geração de Valor Adicionado em relação ao total investido em ativos;
$(VAT/PL) \times 100\%$	Indica a participação do capital próprio na geração de Valor Adicionado;
$(VADE/VAT) \times 100\%$	Indica a porcentagem do Valor Adicionado gerado que foi direcionado aos funcionários da empresa;
$(VADG/VAT) \times 100\%$	Indica a porcentagem do Valor Adicionado gerado pela empresa que foi direcionado a Governos
$(VADT/VAT) \times 100\%$	Indica a porcentagem de Valor Adicionado distribuído como remuneração à utilização de capital de terceiros.
$(VADA/VAT) \times 100\%$	Indica a porcentagem da riqueza gerada pela empresa distribuída aos acionistas em forma de remuneração

Fonte: MARION (2018, p. 493-494)

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A demonstração do valor adicionado é uma importante ferramenta de análise financeira que permite compreender como a riqueza gerada por uma empresa é distribuída entre seus stakeholders (Ribeiro, 2018). Com a pandemia da Covid-19, as empresas enfrentaram grandes desafios para manter a distribuição justa e sustentável dos recursos entre esses grupos, afetando diretamente a análise da demonstração do valor adicionado.

Nesse cenário, o objetivo deste estudo foi examinar a demonstração do valor adicionado de empresas do setor de papel e celulose, como Klabin, Irani Papel e Embalagem, Melhor SP e Suzano S.A., todas listadas na B3. O período de análise foi de 2018 a 2022, com especial atenção para as mudanças na distribuição da riqueza gerada durante a pandemia de Covid-19. Também se buscou identificar os grupos que se destacaram em termos de representatividade nesse intervalo de tempo.

Por meio desta análise, o objetivo foi entender como as empresas do setor de papel e celulose distribuíram a riqueza produzida entre seus stakeholders durante a crise de saúde. Também se procurou identificar os grupos que tiveram maior representatividade nesse período, além de avaliar as estratégias adotadas para garantir uma distribuição justa e sustentável dos recursos.

A avaliação do valor adicionado demonstrada por essas empresas possibilitou o entendimento de como a pandemia influenciou na geração e distribuição da riqueza produzida. Ela também ajudou a identificar quais empresas tiveram maior relevância e a avaliar a efetividade das estratégias adotadas durante um período de intensa instabilidade e incerteza. Assim, buscou-se ampliar a compreensão do impacto da pandemia nas empresas do setor de papel e celulose.

7.1 Valor adicionado gerado

A seção inicial da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) destaca o valor total gerado pela empresa, o qual será alocado para distribuição (Ribeiro, 2018). Este valor é o resultado da combinação entre o Grau de Produção de Riqueza Própria da empresa e o Grau de Recebimento de Riqueza por Transferência, formando assim o montante total a ser distribuído entre empregados, governos, instituições financeiras e acionistas (Padoveze, 2017).

Para entender melhor este processo, realizou-se uma análise empregando indicadores para avaliar a riqueza gerada internamente pela entidade e aquela obtida por meio de transações com terceiros. O GPRP, conhecido como Grau de Produção de Riqueza Própria, quantifica a proporção do valor total a ser distribuído, gerado pelas atividades internas da empresa. Portanto, o valor produzido pela empresa provém das receitas, descontando-se os custos e depreciações, conforme delineado na estrutura da DVA (Golin, 2013).

Nesse sentido, durante o período da pandemia de Covid-19, ao analisar esse indicador, observou-se um notável desempenho positivo nas empresas IRANI e SUZANO S/A em relação à geração de riqueza interna. Enquanto a IRANI mantinha uma trajetória de crescimento constante, atingindo 52,39% em 2022, a SUZANO S/A registrou um aumento significativo para 61,16% no mesmo ano, conforme observado na tabela 7.

Pode-se observar que todas as empresas tiveram impactos entre os anos de 2019 e 2020, no entanto, a empresa que obteve melhor recuperação, de 2020 para 2022, foi a Melhor SP. A empresa Melhor SP saiu de um cenário de 14,98% para um saldo de 45,86%, representando uma recuperação considerável em relação ao ano de 2020.

Tabela 7: Grau de Retenção da Riqueza

Indicadores	Período				
	2022	2021	2020	2019	2018
IRANI	52,39	46,20	43,70	46,10	39,72
KLABIN S/A	41,51	42,59	43,10	48,54	46,19
MELHOR SP	45,86	36,23	14,98	36,11	50,86
SUZANO S/A	61,16	62,09	68,27	37,00	57,25
MÉDIA	50,23	46,78	42,51	41,94	48,50

Fonte: Dados da DVA.

Nota: valores expressos em %.

Ao analisar os dados do indicador de Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza, observa-se o seguinte:

Tabela 8: Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza

Indicadores	Período				
	2022	2021	2020	2019	2018
IRANI	33,19	40,66	32,26	41,98	32,40
KLABIN S/A	22,37	21,11	18,13	17,55	19,41
MELHOR SP	8,44	4,62	1,46	3,93	6,15
SUZANO S/A	29,21	24,26	22,68	11,68	16,38
MÉDIA	93,21	90,65	74,53	75,14	74,34

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %.

A IRANI apresentou uma redução significativa de 40,66% em 2021 para 33,19% em 2022, indicando uma diminuição na contribuição do ativo na geração de riqueza. Já a Klabin S/A demonstrou um aumento constante nesse indicador ao longo dos anos, passando de 19,41% em 2018 para 22,37% em 2022, sugerindo uma contribuição crescente do ativo na geração de riqueza.

A Melhor SP apresentou um crescimento significativo no indicador, passando de 4,62% em 2021 para 8,44% em 2022, indicando uma contribuição substancialmente maior de geração de riqueza. A Suzano S/A também registrou um aumento notável ao longo dos anos, passando de 16,38% em 2018 para 29,21% em 2022.

A contribuição do ativo na geração de riqueza varia entre as empresas, refletindo diferentes estratégias e desempenho financeiro. A Melhor SP se destaca com o maior crescimento percentual, indicando um impacto expressivo do ativo no período analisado. Em contraste, a Irani mostrou uma redução nesse indicador. A Klabin S/A e a Suzano S/A exibiram aumentos consistentes, sugerindo uma contribuição crescente do ativo ao longo do tempo. Este indicador pode refletir mudanças nas estratégias operacionais, eficiência e investimentos em ativos ao longo do tempo. O desempenho positivo dessas empresas sugere uma influência mais forte dos ativos na geração de valor.

O aumento na contribuição do ativo na geração de riqueza reflete positivamente nas operações e no desempenho financeiro da empresa. Isso sugere eficiência operacional aprimorada, rentabilidade superior e uma base sólida para o crescimento sustentável. Além de atrair investidores e reforçar a competitividade, essa melhoria fortalece a resiliência da empresa em tempos desafiadores. Com impactos positivos na geração de valor para acionistas e sustentabilidade financeira, a contribuição robusta do ativo contribui para um posicionamento mais sólido e competitivo no mercado.

A análise dos impactos da COVID-19 na contribuição do patrimônio líquido para a geração de riqueza revela tendências distintas entre as empresas. A IRANI, embora tenha experimentado uma queda em 2020, demonstrou resiliência ao se recuperar em 2021 e 2022. A KLABIN S/A, por outro lado, apresentou flutuações mais acentuadas durante a pandemia, indicando desafios no período.

A MELHOR SP, apesar de uma queda em 2020, mostrou uma recuperação significativa em 2021 e 2022. A SUZANO S/A também exibiu resiliência, mantendo uma trajetória positiva, mesmo durante o ano crítico de 2020. A média geral aponta para uma recuperação notável após os impactos iniciais da pandemia.

Esses resultados indicam que, embora a COVID-19 tenha gerado desafios temporários, algumas empresas conseguiram adaptar-se e recuperar-se,

evidenciando a importância da gestão eficaz do patrimônio líquido para enfrentar crises e manter a estabilidade financeira.

A média geral sugere que, em média, o patrimônio líquido tem sido uma fonte consistente de geração de riqueza ao longo do período analisado.

Tabela 9: Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza

Indicadores	Período				
	2022	2021	2020	2019	2018
IRANI	103,69	100,46	74,44	197,08	160,93
KLABIN S/A	92,00	125,35	145,83	93,70	88,02
MELHOR SP	14,50	8,13	2,45	6,36	9,58
SUZANO S/A	117,31	190,16	314,72	63,20	73,44
MÉDIA	81,88	106,03	134,36	90,09	82,99

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %.

O patrimônio líquido desempenha um papel fundamental na geração de riqueza para as empresas, refletindo a diferença entre ativos e passivos. Sua contribuição positiva ocorre quando há um crescimento consistente ao longo do tempo, fortalecendo a saúde financeira e a capacidade de investimento da empresa. Isso, por sua vez, pode gerar confiança dos investidores e facilitar o acesso a recursos para expansão.

7.2 Valor adicionado distribuído e riqueza gerada

7.2.1 IRANI

A Irani é uma empresa brasileira com mais de 75 anos de história, especializada na produção de papel e embalagens de papelão ondulado. Fundada em 1941, a empresa tem sua sede em Santa Catarina, Brasil, e se destaca por sua atuação no setor de sustentabilidade e responsabilidade social. A Irani possui uma forte ênfase em práticas sustentáveis em suas operações, incluindo o uso de matéria-prima reciclada em seus produtos. Além disso, ela oferece soluções de embalagens personalizadas para diversos setores da indústria, atendendo a necessidades específicas de seus clientes. A empresa desempenha um papel importante na economia brasileira, contribuindo para o setor de papel e embalagens (IRANI, 2023).

A análise dos indicadores financeiros da IRANI revela uma imagem de estabilidade e crescimento, apesar das oscilações ao longo dos anos. Primeiramente, a Retenção de Riqueza (RR) mostra uma tendência de crescimento desde 2018, com um pequeno declínio em 2020, seguido por uma recuperação significativa em 2022. Este aumento na RR sugere que a empresa tem conseguido reter mais riqueza ao longo do tempo.

Em contrapartida, a Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza (CAGR) apresentou variações ao longo dos anos, porém, manteve-se relativamente estável, em média (36,10%). Esse padrão sugere que a empresa tem administrado seus ativos de forma eficaz para gerar riqueza, mesmo diante de condições econômicas instáveis.

Entretanto, a Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza (CPLGR) alcançou seu ápice em 2019, apresentando um aumento de 36,15% em comparação ao ano anterior, 2018. Contudo, houve uma queda acentuada de 122,64% no período de 2019 para 2020, seguida por decréscimos nos anos subsequentes. Com média e o desvio padrão elevados sugerem que a empresa utiliza o seu patrimônio líquido de forma variável para gerar riqueza.

Por outro lado, a proporção da participação dos funcionários no Valor Adicionado (VADE) tem diminuído progressivamente ao longo do tempo. Isso pode refletir alterações nas políticas de remuneração ou mudanças na estrutura da força de trabalho.

Já a Participação do Governo no Valor Adicionado (VADG) tem flutuado, mas manteve-se relativamente estável em torno da média. Isso sugere um nível consistente de contribuição para o governo.

Além disso, a Participação de Terceiros no Valor Adicionado (VADT) mostrou uma grande variação, com um pico em 2019 seguido por uma diminuição nos anos seguintes. Isso pode indicar uma dependência variável de terceiros ao longo do tempo.

Finalmente, a Participação de Acionistas sobre o Valor Adicionado (VADA) mostra uma tendência de crescimento, apesar de um declínio em 2019, de 3,82% em 2018 para -6,81% em 2019. Isso indica que a empresa tem conseguido oferecer um retorno atraente para os acionistas na maioria dos anos.

Em suma, a análise dos indicadores financeiros da IRANI revela uma gestão eficiente e uma resiliência notável diante das flutuações do mercado. A tendência de crescimento na Retenção de Riqueza e na Participação de Acionistas sobre o Valor

Adicionado demonstra um compromisso contínuo com a eficiência operacional e a maximização do retorno para os acionistas.

A estabilidade na contribuição do ativo para a geração de riqueza e na participação do governo no valor Adicionado demonstra a eficiência da empresa na gestão de seus ativos e no cumprimento de suas obrigações fiscais, mesmo em contextos econômicos desafiadores.

As flutuações na contribuição do patrimônio líquido para a geração de riqueza e na participação de terceiros no valor adicionado sugerem que a IRANI tem sido capaz de se adaptar às alterações nas condições de mercado. Isso é evidente na maneira como ajusta o uso de seu patrimônio e a dependência de entidades externas, conforme necessário.

Embora a Participação dos Empregados no Valor Adicionado tenha diminuído ao longo do tempo, isto pode ser reflexo de mudanças estratégicas na política de remuneração ou na estrutura da força de trabalho, o que poderia ser explorado em análises futuras.

De acordo com a Tabela 08, é possível notar que, em 2020, a maior fração da riqueza gerada pela IRANI foi alocada para o Governo, correspondendo a 34,13%. Em seguida, a parcela foi distribuída para Pessoal e Acionistas, com percentuais de 30,74% e 17,91%, respectivamente. O grupo que recebeu a menor porção do valor adicionado produzido neste ano foi o de capital de terceiros, com cerca de 15,49%.

Tabela 10: IRANI

Indicadores	Período						
	2022	2021	2020	2019	2018	Média	Desvio Padrão
RR	52,39	46,20	43,70	46,10	39,72	45,62	4,61
CAGR	33,19	40,66	32,26	41,98	32,40	36,10	4,81
CPLGR	103,69	100,46	74,44	197,08	160,93	127,32	50,18
VADE	20,07	21,39	30,74	28,81	35,83	27,37	6,59
VADG	30,24	35,17	34,13	25,14	32,03	31,34	3,96
VADT	14,79	11,01	15,49	52,85	28,32	24,49	17,15
VADA	33,58	30,96	17,91	— 6,81	3,82	15,89	17,36

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %

Esses indicadores, quando vistos em conjunto, sugerem que a IRANI é uma empresa que tem demonstrado competência em sua gestão financeira, mostrando flexibilidade e adaptabilidade diante das condições de mercado em constante mudança. Essas qualidades, combinadas com a tendência de crescimento em vários indicadores chave, posicionam a IRANI favoravelmente para o futuro, sugerindo um potencial contínuo para crescimento e sucesso.

7.2.2 KLABIN S/A

A Klabin é uma empresa brasileira líder na produção de papel e celulose, fundada em 1899. A empresa possui operações integradas de florestas, celulose e papel, com uma presença global. Klabin é conhecida por sua ênfase na sustentabilidade e no uso de tecnologias avançadas em sua produção, atendendo a diversas indústrias, como embalagens, papel higiênico e produtos de higiene pessoal.

Ao analisar os indicadores, notamos que o Índice de Retenção de Riqueza (RR) apresentou uma ligeira queda durante o período da pandemia, passando de 48,54% em 2019 para 43,10% em 2020. No entanto, manteve-se estável nos anos seguintes, com 42,59% em 2021 e 41,51% em 2022. Esta variação pode estar atrelada à instabilidade econômica provocada pela pandemia da COVID-19, período no qual a empresa precisou reinvestir uma maior proporção de seus lucros para sustentar as operações ou lidar com custos ascendentes. Ainda assim, a diminuição é pequena, sugerindo que a empresa conseguiu preservar uma considerável parcela da riqueza que gerou.

Paralelamente, a Contribuição do ativo na geração de riqueza (CAGR) da Klabin S/A aumentou durante a pandemia, passando de 17,55% em 2019 para 18,13% em 2020 e 21,11% em 2021. Em 2022, a CAGR continuou a crescer, atingindo 22,37%. Isso indica um crescimento constante dos ativos da empresa. Isto pode ser resultado de investimentos estratégicos, bem como de um bom desempenho geral do negócio, mesmo em meio à crise da COVID-19.

Entretanto, o crescimento percentual do Patrimônio Líquido (CPLGR) aumentou significativamente durante a pandemia (145,83% em 2020 comparado a 93,70% em 2019), mas diminuiu em 2021 (125,35%) e 2022 (92,00%). Pode indicar

que a empresa utilizou fortemente seu patrimônio líquido para sustentar suas operações durante a pandemia. No entanto, a queda em 2021 e 2022 sugere que a empresa pode estar retornando a um modelo de negócio mais equilibrado, onde outras fontes de capital estão sendo utilizadas para gerar riqueza.

Por outro lado, o Valor Adicionado Distribuído aos Empregados (VADE) da Klabin S/A aumentou ligeiramente durante a pandemia (24,86% em 2020 comparado a 23,83% em 2019), mas diminuiu em 2021 (21,88%) e 2022 (20,52%). O aumento em 2020 sugere que a empresa pode ter incentivado mais a participação dos funcionários durante a pandemia, como uma forma de manter a motivação e a produtividade em um período desafiador. No entanto, a queda nos anos seguintes pode indicar um retorno à normalidade ou mudanças na estrutura de remuneração.

Ademais, o Valor Adicionado Distribuído ao Governo (VADG) teve uma queda acentuada durante a pandemia (-12,51% em 2020 comparado a 14,51% em 2019), mas recuperou-se em 2021 (21,65%) e 2022 (26,97%). A queda acentuada em 2020 pode ser devido a incentivos fiscais ou outras medidas governamentais introduzidas durante a pandemia. A recuperação em 2021 e 2022 sugere que a empresa pode estar retornando aos níveis normais de contribuição para o governo.

Além disso, o Valor Adicionado Distribuído a Terceiros (VADT) aumentou drasticamente durante a pandemia (125,02% em 2020 comparado a 49,30% em 2019), mas diminuiu em 2021 (18,14%) e 2022 (6,32%). O pico em 2020 sugere que a empresa pode ter dependido mais de terceiros, como fornecedores ou parceiros de negócios, durante a pandemia. A queda acentuada nos anos seguintes pode indicar um movimento em direção à independência ou uma mudança na estratégia de negócios.

Por fim, a Participação de Acionistas sobre Valor Adicionado (VADA) teve uma queda acentuada durante a pandemia (-37,37% em 2020 comparado a 12,37% em 2019), mas recuperou-se em 2021 (38,33%) e 2022 (46,19%). A queda em 2020 indica que os acionistas podem ter recebido menos valor agregado durante a pandemia, devido a uma diminuição dos lucros ou a uma retenção maior de capital pela empresa. No entanto, a recuperação nos anos seguintes sugere que a empresa conseguiu retomar os pagamentos aos acionistas.

A análise dos indicadores financeiros da Klabin S/A revela uma história de resiliência e adaptabilidade em meio a um cenário desafiador imposto pela pandemia da COVID-19. A empresa se destacou pela gestão efetiva de seus recursos.

Notavelmente, o ativo contribuiu para a geração de riqueza com um crescimento constante ao longo dos anos analisados, o que reflete a solidez dos investimentos e o bom desempenho geral do empreendimento.

A flutuação na retenção de riqueza e na contribuição do patrimônio líquido na geração de riqueza sugere que a Klabin S/A adotou uma abordagem flexível e responsiva às mudanças nas condições econômicas. Embora tenham ocorrido quedas, a empresa conseguiu manter níveis adequados desses indicadores, apontando para uma gestão financeira prudente.

As variações na participação dos empregados, do governo e de terceiros no valor Adicionado indicam que a Klabin S/A visou equilibrar as necessidades e expectativas de diferentes stakeholders durante este período turbulento. O aumento inicial seguido de uma diminuição nestas categorias sugere uma estratégia consciente para lidar com os impactos da pandemia, mostrando uma consideração cuidadosa das implicações a longo prazo.

A queda na participação dos acionistas sobre o valor adicionado em 2020, seguida de uma recuperação nos anos subsequentes, é um testemunho da capacidade da empresa de proteger os interesses dos acionistas, mesmo em tempos de crise.

Tabela 11: KLABIN

Indicadores	Período						
	2022	2021	2020	2019	2018	Média	Desvio Padrão
RR	41,51	42,59	43,10	48,54	46,19	44,39	2,90
CAGR	22,37	21,11	18,13	17,55	19,41	19,71	2,02
CPLGR	92,00	125,35	145,83	93,70	88,02	108,98	25,43
VADE	20,52	21,88	24,86	23,83	24,67	23,15	1,89
VADG	26,97	21,65	— 12,51	14,51	6,80	11,48	15,41
VADT	6,32	18,14	125,02	49,30	64,42	52,64	46,70
VADA	46,19	38,33	— 37,37	12,37	4,11	12,73	33,01

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %.

Em suma, a Klabin S/A mostrou uma habilidade notável de navegar em um ambiente desafiador, demonstrando flexibilidade e resiliência. A empresa conseguiu equilibrar as necessidades de diferentes stakeholders, gerir eficazmente seus recursos e adaptar-se às mudanças nas condições de mercado. Essas características, combinadas com seu sólido desempenho financeira, posicionam a Klabin S/A de maneira favorável para enfrentar futuros desafios e oportunidades.

7.2.3 MELHOR SP

A empresa Melhor SP, fundada em 1890, é uma das companhias mais antigas do Brasil, com uma rica história que abrange mais de um século. Ela atua em diversos segmentos de negócios, incluindo papel e celulose, imóveis e educação. Tem uma forte presença no setor de papel e celulose, produzindo papéis de diversas categorias, incluindo papel higiênico, papel toalha e papéis para impressão. Suas marcas de produtos de papel são bem conhecidas no Brasil. É uma empresa que valoriza a sustentabilidade e visa contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país. Seu longo legado a torna uma instituição importante na história empresarial brasileira (Melhoramentos, 2023)

Ao observar a Tabela 10, nota-se que a Retenção de Riqueza apresenta uma grande flutuação ao longo do período analisado. Há uma queda acentuada de 50,86% em 2018 para 14,98% em 2020, seguida por uma recuperação para 45,86% em 2022. Tal padrão sugere que a empresa enfrentou desafios consideráveis para manter sua riqueza durante a pandemia. De forma similar, a Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza também exibe um declínio no período da pandemia, descendo de 6,15% em 2018 para 1,46% em 2020, porém, retoma para 8,44% em 2022. Isso indica que a eficácia dos ativos da empresa para gerar riqueza foi comprometida durante a pandemia, mas eles conseguiram se recuperar posteriormente.

Da mesma forma, a Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza diminuiu de 9,58% em 2018 para 2,45% em 2020, antes de subir para 14,50% em 2022. Isto indica que a empresa dependeu menos do seu patrimônio líquido para gerar riqueza durante a pandemia, mas aumentou a sua dependência deste depois.

No entanto, a Participação dos Empregados no Valor Adicionado aumentou dramaticamente durante a pandemia, de 50,31% em 2018 para 246,44% em 2020, antes de cair para 46,97% em 2022. Isto sugere que a empresa pode ter aumentado

a remuneração ou os benefícios dos empregados durante a pandemia, mas voltou aos níveis normais logo em seguida.

Por outro lado, a Participação do Governo no Valor Adicionado aumentou ligeiramente durante a pandemia, de 36,06% em 2018 para 52,54% em 2020, e manteve-se estável em 50,00% em 2021 e 31,24% em 2022. Isto indica que a empresa pode ter tido uma maior contribuição fiscal durante a pandemia.

Além disso, a Participação de Terceiros no Valor Adicionado aumentou acentuadamente durante a pandemia, de 8,32% em 2018 para 71,52% em 2020, antes de cair para 20,52% em 2022. Isto sugere que a empresa dependeu mais de terceiros durante a pandemia, mas reduziu essa dependência em seguida.

Por fim, a participação dos acionistas sobre o valor agregado sofreu uma queda significativa durante a pandemia, passando de 5,32% em 2018 para -270,49% em 2020. No entanto, houve uma recuperação para 1,26% em 2022. Isso sugere que os acionistas obtiveram menos valor distribuído durante a pandemia, mas a situação melhorou posteriormente.

No geral, a Melhor S/P teve um impacto significativo durante a pandemia, com uma notável oscilação em seus indicadores durante esse período. Contudo, a empresa demonstra sinais de recuperação em diversos aspectos, indicando uma resiliência notável.

A retenção de riqueza da empresa sofreu um golpe durante a pandemia, mas mostrou recuperação, indicando uma gestão financeira robusta. Ademais, a participação do ativo e do patrimônio líquido na geração de riqueza da organização recuperou-se após uma queda durante a pandemia. Isso sugere que a empresa soube gerir seus recursos de maneira eficaz em tempos de crise.

A participação dos empregados no valor adicionado aumentou grandemente durante a pandemia, o que pode sugerir uma estratégia deliberada da empresa para investir em seu capital humano durante tempos difíceis. No entanto, a participação do governo e de terceiros no valor agregado também aumentou durante este período, o que pode apontar para uma dependência crescente de suporte externo.

O impacto negativo da pandemia sobre a participação dos acionistas no valor agregado é uma área de preocupação, mas a recuperação subsequente é um bom sinal. Isso indica que a empresa conseguiu reverter a situação e começou a oferecer um retorno mais atraente para os acionistas.

Tabela 12: MELHOR SP

Indicadores	Período						
	2022	2021	2020	2019	2018	Média	Desvio Padrão
RR	45,86	36,23	14,98	36,11	50,86	36,81	13,75
CAGR	8,44	4,62	1,46	3,93	6,15	4,92	2,60
CPLGR	14,50	8,13	2,45	6,36	9,58	8,20	4,42
VADE	46,97	75,30	246,44	91,43	50,31	102,09	82,75
VADG	31,24	50,00	52,54	54,56	36,06	44,88	10,52
VADT	20,52	23,27	71,52	19,12	8,32	28,55	24,68
VADA	1,26	-48,56	-270,49	-65,11	5,32	-75,52	113,22

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %.

No geral, a habilidade da Melhor SP para navegar em um período de incertezas e desafios com sucesso é um testemunho de sua robustez e adaptabilidade. A empresa mostrou que consegue tomar medidas decisivas para proteger seus interesses e garantir seu futuro, o que deve inspirar confiança em seus stakeholders.

7.2.4 SUZANO S/A

A Suzano é uma das maiores empresas de papel e celulose do mundo, com sede no Brasil. A empresa é conhecida por sua produção de celulose do eucalipto, amplamente utilizada na fabricação de papel e produtos de papelaria. Comprometida com a sustentabilidade e inovação, investimentos em pesquisa e desenvolvimento, com melhoria contínua de seus produtos e processos. A empresa também tem uma presença global e atende a uma ampla gama de setores industriais (Suzano, 2023)

Uma análise dos dados financeiros da Suzano S/A revela várias tendências interessantes. Iniciando com a Retenção de Riqueza, observa-se um crescimento constante ao longo do tempo, culminando em um pico de 68,27% em 2020. No entanto, houve uma ligeira queda para 61,16% em 2022. Isso sugere que a empresa

tem conseguido reter uma quantidade crescente de riqueza ao longo do tempo, com um destaque especial durante o período pandêmico.

Por outro lado, a Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza também apresentou um aumento progressivo, subindo de 16,38% em 2018 para um valor impressionante de 29,21% em 2022. Este aumento contínuo sugere que os ativos da empresa desempenham um papel cada dia mais crucial na geração de riqueza ao longo do tempo.

Em termos da Contribuição do Patrimônio Líquido na Geração de Riqueza, nota-se um aumento drástico, saltando de 73,44% em 2018 para um pico de 314,72% em 2020. No entanto, este valor caiu para 117,31% em 2022, indicando que a empresa dependeu fortemente de seu patrimônio líquido para gerar riqueza durante a pandemia, mas conseguiu reduzir essa dependência nos anos subsequentes.

No que diz respeito à Participação dos Empregados no Valor Adicionado, houve uma diminuição ao longo do período, caindo de 15,15% em 2018 para 8,28% em 2022. Isso sugere que a participação dos funcionários na geração de riqueza diminuiu ao longo do tempo.

Semelhantemente, a Participação do Governo no Valor Adicionado também sofreu uma queda acentuada, durante o mesmo período, diminuindo de 13,28% em 2018 para um mínimo de 2,35% em 2022. Isso indica que a contribuição da empresa para o governo, na forma de impostos e outras obrigações fiscais, teve uma significativa diminuição ao longo do tempo.

A Participação de Terceiros no Valor Adicionado, por outro lado, registrou um aumento considerável durante o período, saltando de 67,97% em 2018 para um pico de 133,29% em 2020, antes de cair para 29,24% em 2022. Isso sugere que a empresa dependeu fortemente de terceiros durante a pandemia, mas conseguiu reduzir essa dependência nos anos subsequentes.

Por fim, a Participação de Acionistas sobre o Valor Adicionado (VADA) flutuou ao longo do tempo, alcançando um mínimo de -46,40% em 2020 antes de se recuperar para 60,13% em 2022. Essa tendência sugere que os acionistas receberam menos valor agregado durante a pandemia, porém houve melhoria subsequente na situação.

Em suma, a Suzano S/A demonstrou uma habilidade notável para se adaptar e prosperar em circunstâncias desafiadoras. A empresa experimentou uma alta volatilidade em seus indicadores durante o período da pandemia, mas conseguiu gerenciar efetivamente esses desafios.

A empresa demonstrou a capacidade de aumentar sua retenção de riqueza e a contribuição de ativos na geração de riqueza, mesmo em meio à crise, isso mostra uma estratégia financeira sólida e uma forte gestão de ativos. Além disso, apesar do aumento da dependência do patrimônio líquido durante a pandemia, a empresa conseguiu reduzir essa dependência em 2022, evidenciando um planejamento financeiro prudente.

Embora a participação dos empregados e do governo no valor agregado tenha diminuído ao longo do tempo, a empresa conseguiu manter uma participação significativa dos acionistas, recuperando-se de uma queda acentuada em 2020. Isso indica uma abordagem equilibrada, que tem em vista beneficiar todas as partes interessadas.

A dependência crescente da empresa do capital de terceiros durante a pandemia, seguida por uma redução em 2022, sugere uma estratégia de negócios flexível e adaptável.

Tabela 13: SUZANO S/A

Indicadores	Período						
	2022	2021	2020	2019	2018	Média	Desvio Padrão
RR	61,16	62,09	68,27	37,00	57,25	57,15	11,94
CAGR	29,21	24,26	22,68	11,68	16,38	20,84	6,87
CPLGR	117,31	190,16	314,72	63,20	73,44	151,77	103,92
VADE	8,28	9,65	10,52	18,09	15,15	12,34	4,12
VADG	2,35	2,70	2,59	14,28	13,28	7,04	6,16
VADT	29,24	57,72	133,29	92,26	67,97	76,10	39,15
VADA	60,13	29,92	-46,40	-24,62	3,61	4,53	42,37

Fonte: Dados da DVA

Nota: valores expressos em %.

Em resumo, a notável resiliência da Suzano S/A, aliada à sua habilidade de se adaptar e prosperar em um cenário de negócios incerto, a coloca em uma posição favorável, para enfrentar desafios e aproveitar oportunidades futuras. A empresa tem

mostrado uma capacidade sólida de gerenciar suas finanças e recursos, o que gera confiança em seus stakeholders.

8 CONCLUSÃO

Este estudo foi realizado com o objetivo de entender como essas organizações reagiram de maneira inteligente e sustentável às demandas emergenciais.

Durante a pandemia de Covid-19, as empresas IRANI e SUZANO S/A destacaram-se positivamente na geração de riqueza interna. A IRANI manteve uma trajetória de crescimento constante, atingindo 52,39% em 2022, enquanto a SUZANO S/A registrou um aumento significativo para 61,16% no mesmo ano. Esses resultados notáveis foram atribuídos à agilidade das empresas em se adaptarem às adversidades da pandemia, especialmente devido aos investimentos estratégicos da SUZANO S/A em eficiência operacional e inovação tecnológica.

Uma análise do indicador de Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza revelou dinâmicas distintas entre as empresas. A IRANI experimentou uma redução significativa em sua contribuição, enquanto a Klabin S/A demonstrou um aumento constante. Melhor SP e SUZANO S/A também apresentaram crescimentos notáveis, refletindo estratégias e desempenhos financeiros distintos.

Ao analisar os impactos da COVID-19 na contribuição do patrimônio líquido para a geração de riqueza, observou-se resiliência por parte da IRANI e SUZANO S/A ao recuperarem-se em 2021 e 2022. A média geral sugere que o patrimônio líquido foi uma fonte consistente de geração de riqueza, destacando sua importância na saúde financeira das empresas e na capacidade de atrair investimentos para expansão.

Observou-se que a IRANI manteve estabilidade financeira de 2018 a 2022, com uma notável taxa de conversão de ativos em valor adicionado, destacando-se especialmente no indicador CPLGR, atingindo uma taxa de conversão notável de 127,32%. A empresa não apresentou uma diferença significativa na distribuição entre os indicadores, mantendo-se relativamente estável ao longo do tempo, demonstrando sua capacidade de se adaptar às condições econômicas variáveis.

Durante a pandemia, os indicadores financeiros da Klabin S/A tiveram comportamentos variados. A Retenção de Riqueza (RR) teve um desempenho mais fraco, caindo de 48,54% em 2019 para 43,10% em 2020. No entanto, estabilizou-se

em 2021 (42,59%) e 2022 (41,51%). O indicador que apresentou a maior alteração positiva foi a Contribuição do Ativo na Geração de Riqueza (CAGR), aumentando constantemente de 17,55% em 2019 para 22,37% em 2022. O Valor Adicionado Distribuído ao Governo (VADG) em 2022 atingiu 26,97%, sendo o indicador destinado à maior parcela do Valor Adicionado Distribuído.

Para a empresa Melhor SP, houve uma variação considerável em seus indicadores financeiros durante a pandemia, com uma recuperação notável em vários indicadores após o período, refletindo a resiliência e a capacidade de adaptação da empresa. No caso da Suzano S/A, seu desempenho foi particularmente impressionante, com destaque para o indicador CPLGR, que atingiu um pico notável de 314,72% em 2020. Observa-se uma variabilidade na contribuição da empresa para o governo ao longo do tempo, indicando sensibilidade a políticas fiscais e regulatórias, mas sua escolha de priorizar a retenção de riqueza em 2020 contribuiu para sua resiliência financeira.

As análises realizadas sobre as empresas nos possibilitam entender que estratégias foram adotadas durante o período pandêmico e refletem a resiliência e a adaptabilidade das empresas diante do cenário que foi posto. No entanto, é importante ressaltar que este estudo não se esgota aqui.

As análises do setor de papel e celulose podem ser enriquecidas com uma avaliação mais ampla do contexto. Isso inclui pesquisas que explorem a Distribuição do Valor Adicionado (DVA) em segmentos, considerando fatores macroeconômicos, regulatórios e de mercado. Essa abordagem permite uma compreensão mais completa das implicações da pandemia na geração e distribuição de riqueza neste setor.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. G. DE; OLIVEIRA, T. C. DE. Balanço social: análise dos modelos praticados atualmente e indícios de padronização em empresas que fazem parte do índice de sustentabilidade empresarial. **REVISTA ENIAC PESQUISA**, v. 7, n. 1, p. 109–124, 28 jan. 2018.
- ANDERSON, J. C.; FRANKLE, A. Voluntary Social Reporting: An Iso-Beta Portfolio Analysis. **The Accounting Review**, 55(3), 467-479, 1980.
- ANDRADE, Edicreia de. Demonstração do Valor Adicionado: uma revisão da literatura nas pesquisas brasileiras. **Contabilometria**, v. 9, n. 2, 2022.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência: Filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- ARRUDA, M. P.; Garcia, I. A. S.; LUCENA, W. G. L. **A influência do valor adicionado na precificação das ações das companhias abertas brasileiras listadas na BM&FBovespa**. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, SP, Brasil, 2015.
- AZEVEDO, Osmar Reis. **Comentários às Novas Regras Contábeis Brasileiras**. São Paulo: IOB, 2010.
- BARBOSA, Edna Alves; SANTOS, Lucas Camacho Ribeiro **AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: IMPORTÂNCIA, PROCESSO DE GESTÃO E APLICAÇÃO DA LEI 11.638/76**, 2019.
- BRASIL. **Código Tributário Nacional**. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília-DF, 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm. Acesso em: 02 set 2023.
- BRASÍLIA, DF: **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**, 2011. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em 17 set 2023.
- CARDILLO, E.; LONGO, M. C. Managerial Reporting Tools for Social Sustainability: Insights from a Local Government Experience. **Sustainability**, v. 12, n. 9, p. 3675, 2 maio 2020.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento técnico CPC 00: estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em 11 mai 2023.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas brasileiras de contabilidade. Contabilidade para pequenas e médias empresas**. Brasília. 2016.

Disponível em: <https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-simplificadas-para-pmes/>

CORREA, MARISLANE DE FREITAS. **A EVOLUÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO BRASIL**. UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

CORSI, D. P. A importância da demonstração do valor adicionado como um instrumento para análise: um estudo da DVA dos bancos. **tede2.pucsp.br**, 4 ago. 2016.

COSENZA, J. P. A eficácia informativa da demonstração do valor adicionado. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 14, n. spe, p. 07-29, out. 2003.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**, 2008. CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=57>. Acesso em 31 jul 2023.

CUNHA, J. V. A. da; RIBEIRO, M. de S.; SANTOS, A. dos. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 16, n. 37, p. 7-23, 2005. DOI: 10.1590/S1519-70772005000100001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/34146>. Acesso em: 16 mai. 2023.

DALLABONA, L. F.; KROETZ, M.; MASCARELLO, G. Relação entre os indicadores de desempenho e o valor adicionado distribuído aos agentes colaboradores de empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC**, 13(39), 49-63, 2014.

DALMACIO, F. Z; BUOSO, D. Comparação dos indicadores contábeis das empresas com ações listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) com os das demais empresas listadas na Bovespa. **Revista de Finanças e Contabilidade da Unimep**, 3(2), 1-17, 2016.

DALMÁCIO, Flávia Zóboli. Indicadores para análise da Demonstração do Valor Adicionado. **Revista Brasileira de Contabilidade** [S.l.], n.149, p. 88-97, setembro/outubro. 2004. Disponível em: <https://cfc.org.br/rbc/revista-brasileira-de-contabilidade-no-149/>. Acesso em 09 jun 2023.

DE PAULA, G. M. Nota Técnica do Sistema Produtivo Insumos Básicos e Foco Setorial Siderurgia. **Relatório do Projeto Indústria 2027: Riscos e Oportunidades para o Brasil Diante de Inovações Disruptivas**. Rio de Janeiro: IE-UFRJ; Campinas: IE-UNICAMP, 2017.

DIAS, W. A. Avanços para o desenvolvimento sustentável da indústria de papel e celulose através do gerenciamento de seus resíduos. **Repositorio.ufu.br**, 2021.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. **Academy of Management Review**, Ohio, v. 20, p. 65-91, 1995.

FERREIRA DA SILVA, A. P.; RIBEIRO DE LIMA, S. A. J.; SOUZA, E. X. de; PEREIRA, J. INDICADORES SOCIAIS: UM ESTUDO REALIZADO COM BASE NOS BALANÇOS SOCIAIS DE EMPRESAS QUE RECEBERAM O SELO IBASE. **REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade**, [S.

/], v. 2, n. 1, p. 72-86, 2015. DOI: 10.18696/reunir. v2i1.44. Disponível em: <https://reunir.revistas.ufcg.edu.br/index.php/uacc/article/view/44>. Acesso em: 13 set. 2023.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. Online data FAOSTAT. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/FO>. Acesso em setembro de 2023. **FAO**, 2021.

CAMILO, D.; SOUZA, D. **A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ESTUDO DE CASO DE UMA COOPERATIVA DA ÁREA DE SAÚDE**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3112/1914>.

GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. **OECD Taxonomy of Economic Activities Based on R&D Intensity**. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/oecd-taxonomy-of-economic-activities-based-on-r-d-intensity_5jlv73sqqp8r-en. Acesso em: 13 out. 2023.

GARCIA, I. A. S.; LUCENA, W. G. L. **A influência do valor adicionado na precificação das ações das bolsas abertas brasileiras na BM & FBovespa**. Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, São Paulo, Brasil, 2015.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

GIL, AC Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOLIN, S. J. Indicadores sociais da demonstração de valor adicionado: estudo no setor de comércio varejista. **acervodigital.ufpr.br**, 2013.

GOMES, L. F. DE O. **A obrigatoriedade da publicação de demonstrações financeiras pelas sociedades limitadas de grande porte**. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/INSP_371c9c61abd3ac262cfc5c1f027d2a0d. Acesso em: 14 set. 2023.

GTAI – Invest in Germany **Industrie 4.0: Smart Manufacturing for the Future | BibSonomy**. Disponível em: <https://www.bibsonomy.org/bibtex/1380ea22fa34587c62852a49f537b913a/flint63>. Acesso em: 14 set. 2023.

HENDRIKSEN, Edson S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores. Disponível em: <https://iba.org/publicacoes>. Acesso em: 15 out. 2023.

Importância do setor florestal brasileiro com ênfase nas plantações florestais comerciais. - Portal Embrapa. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1076139/importancia-do-setor-florestal-brasileiro-com-enfase-nas-plantacoes-florestais-comerciais>.

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. **Quem somos**, 2013. Disponível em: <https://irani.com.br/irani/>. Acesso em 15 abr 2023.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. **Manual de Contabilidade Societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Atlas, 2003.

KLABIN SA. **Sobre a Klabin**, 2021. Disponível em: <https://klabin.com.br/nossa-essencia/sobre-a-klabin>. Acesso em 15 abr 2023.

Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, 14(2), 55-73.

LAESTADIUS, S. The relevance of science and technology indicators: the case of pulp and paper. **Research Policy**, v. 27, n. 4, p. 385–395, ago. 1998.

LAGIOIA, Umbelina C. T. **Pronunciamentos contábeis na prática (V.4)**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MARION, J. C. **Contabilidade Empresarial**: instrumentos de análise, gerência e decisão (18ª ed.). São Paulo: Atlas, 2018.

MARQUES, M. I. M. Considerações sobre a expansão da indústria de papel e celulose no Brasil a partir do caso da Suzano Papel e Celulose. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 120-147, 15 fev. 2016.

MARTIN, C. Indústria 4.0 aponta caminhos para chegar à fábrica do futuro. **Revista O Papel (São Paulo)**, n.4, p.54-62, abr. 2017a.

MARTINS, G. A., THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas** (2a ed.). São Paulo: Atlas, 2009.

Melhoramentos. **Sobre nós**, 2021. Disponível em: <https://www.melhoramentos.com.br/>. Acesso em 15 abr 2023.

MORAES, C. M. DE et al. PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 2, p. 197–217, 14 mar. 2017.

MORAES, P. B. **Uso da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) como ferramenta de mensuração dos tributos de empresas selecionadas no Brasil** (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Santos, Santos, 2008.

MURCIA, F. D. et al. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos de língua inglesa no período 15 de 1997 a 2007. **ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 7-18, 1º semestre, 2010.

NEVES, L. DE L.; MACIEL, S. DE A.; SANTOS, E. A. DOS. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO: UMA REVISÃO DA LITERATURA NAS PESQUISAS BRASILEIRAS. **Contabilometria**, v. 9, n. 2, 5 jan. 2022.

OECD Science, Technology and Industry Scoreboard 2017: The digital transformation | en | OECD. Disponível em: <<https://www.oecd.org/sti/oecd-science-technology-and-industry-scoreboard-20725345.htm>>.

OJALA, J.; VOUTILAINEN, M.; LAMBERG, J.-A. The Evolution of the Global Paper Industry: Concluding Remarks. **The Evolution of Global Paper Industry 1800–2050**, p. 345–363, 2012.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Geral - Facilitada**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2017.

PAULO, M.; GARCIA, S.; WENNER. A INFLUÊNCIA DO VALOR ADICIONADO NA PRECIFICAÇÃO DAS AÇÕES DAS COMPANHIAS ABERTAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA. **Revista INTERFACE - UFRN/CCSA ISSN Eletrônico 2237-7506**, v. 17, n. 2, p. 74–94, 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. Metodologia do trabalho científico: **Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Universidade Fevalle, 2013.

RAMOS, P., RAMOS, M.; BUSNELLO, S. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese**, 2005.

REUSCH, F. A.; ROVER, S.; Ferreira, L. F. **Demonstração do Valor Adicionado: estudo sobre a distribuição da riqueza nas empresas com as marcas mais valiosas do mercado brasileiro**. Florianópolis, SC. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Santa Catarina, 15 p., 2006.

Reuters. **Suzano AS**, 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/companies/SUZB3.SA>. Acesso em: 15 abr 2023.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade Básica**: Minha Biblioteca (4a edição). São Paulo: Editora Saraiva, 2018.

GONÇALVES, R. de S.; MEDEIROS, O. R. de; NIYAMA, J. K.; WEFFORT, E. F. J. Social disclosure e custo de capital próprio em companhias abertas no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, [S. l.], v. 24, n. 62, p. 113-124, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rcf/article/view/78824>. Acesso em: 13 nov. 2023.

Rubens E. **Manual de contabilidade societária**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2022.

SANTOS, A.; HASHIMOTO, H. Demonstração do valor adicionado: algumas considerações sobre carga tributária. **Revista USP**, 38(2), 153-164, 2003.

SANTOS, Alyne Alves; BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. Análise da valuerelavance da demonstração do valor adicionado nos níveis diferenciados de governança corporativa da BM&FBOVESPA. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 18, p. 1-16, 2019.

DOS SANTOS, A., Gelbcke, E.R., de Iudícibus, S., Martins, E. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**: de acordo com as normas internacionais e do CPC. Barueri, SP: Atlas.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração contábil do valor adicionado – DVA – Um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas**. 1999. Tese de Livre Docência – Faculdade de Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, BP; ALBERTO, A.; LIMA, TDFM; CHARRUA-SANTOS, FMB INDÚSTRIA 4.0: DESAFIOS E OPORTUNIDADES. **Revista Produção e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 1, pág. 111–124, 2018. DOI: 10.32358/rpd. 2018.v4.316. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedesenvolvimento/article/view/e316>. Acesso em: 13 out. 2023.

SILVA, Antônio. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUSA, T. S.; FARIA, J. A. Demonstração Do Valor Adicionado (Dva): Uma Análise Da Geração E Distribuição De Riquezas Das Empresas Listadas No Índice De Sustentabilidade Empresarial (Ise)-B3. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, 8(2), 137-154, 2016.

SUAREZ, Paz. Papel: Uma Breve Revisão Histórica, Descrição da Tecnologia de produção e experimentos para obtenção de folhas artesanais. **Revista Virtual de Química**, 9(3), 2017.

Suzano SA. **Sobre nós**, 2021. Disponível em: <https://www.suzano.com.br/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**: Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

WAINBERG, R. **Patrimônio líquido**: entender o que é e como analisar esse indicador. Sunô, 2023. Disponível em: <https://www.suno.com.br/guias/patrimonio-liquido/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

Yogesha, B. e Mahadevappa, B. (2014). Análise dos índices de valor agregado da Indian Oil Corporation Ltd. **IOSR Journal of Humanities and Social Science**, 19, 18-25.

ZANLUCA, Júlio César. **Demonstração do Valor Adicionado – DVA**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/demonstracaodovalor.htm>. Acesso em 06 jun 2023.